Página PT 13
JULHO 2009
UM JORNAL A SERVIÇO DO PT DEMOCRÁTICO, SOCIALISTA E REVOLUCIONÁRIO
ENCARTE

2010 e os próximos anos

Conferência Nacional da Articulação de Esquerda

2010 e os próximos anos

Resoluções políticas da XI Conferência Nacional da AE

A eleição presidencial de 2010 terá repercussões estratégicas na América Latina, no Brasil e no PT.

Na América Latina, o fato do Brasil ser governado por forças progressistas e de esquerda tem contribuído, direta e indiretamente, para um deslocamento pela esquerda da correlação de forças em vários países.

No Brasil, país marcado historicamente pela desigualdade, pelo conservadorismo político e pela dependência externa, a eleição de Lula em 2002 abriu a possibilidade de fazer do governo federal um instrumento na luta por mudanças neste modelo.

A chegada ao governo federal permitiu que a esquerda brasileira submetesse ao teste da prática as diferentes estratégias que, dentro e fora do Partido dos Trabalhadores, se propõem a colocar a luta eleitoral institucional a serviço de uma estratégia socialista.

Uma vitória da candidatura do PT em 2010 permitirá dar continuidade e aprofundar estes processos, agora em uma conjuntura internacional totalmente distinta, que exige ações mais ousadas e avançadas.

Já uma derrota da candidatura do PT em 2010 significaria um retrocesso em larga escala, no Brasil e no continente.

Para além dos efeitos danosos sobre a vida do povo, uma derrota em 2010 teria efeitos desastrosos para o conjunto da esquerda brasileira.

A direita brasileira, revanchista e rancorosa, dá sinais explícitos do que faria em caso de vitória: uma perseguição contra toda a esquerda política e social.

Por outro lado, teríamos uma exacerbação dos conflitos no interior da esquerda, como é típico em momentos similares.

Por tudo isto que dissemos antes, a principal tarefa do PT é construir as condições para nossa vitória nas eleições gerais de 2010, mantendo a presidência da República, ampliando nossa presença nos governos estaduais, Senado e Câmara dos Deputados, criando as condições institucionais, políticas e ideológicas para mudanças mais profundas em nosso país.

Setores minoritários da esquerda política e social brasileira fazem oposição ao governo Lula e não estão de acordo com esta tarefa. A estes setores devemos demonstrar, pacientemente, o que está em jogo nas eleições de 2010 e os efeitos trágicos que adviriam de uma derrota.

Outros setores da esquerda brasileira, embora defendam o governo e a necessidade de vencer as eleições de 2010, concebem as eleições do próximo ano como um momento de auto-construção, mesmo que em detrimento da unidade do campo democrático-popular na disputa presidencial. A estes setores devemos convencer da necessidade de marcharmos juntos, fazendo da candidatura petista à presidência da República, desde o primeiro turno, a candidatura do conjunto do campo democrático-popular.

Finalmente, há na esquerda brasileira os que encaram 2010 como um momento estritamente eleitoral. É necessário demonstrar, para estes setores, que vencer em 2010 é muito mais do que vencer uma eleição: trata-se de uma tarefa que começa agora, no enfrentamento da crise; passa por recompor, na luta e no acordo programático, o campo democrático-popular; e inclui construir uma estratégia para o que virá após 2010.

Dois campos políticos e sociais vão se enfrentar nas eleições presidenciais de 2010: de um lado, as forças de esquerda e progressistas, encabeçadas pelo PT; de outro lado, as forças neoliberais e de direita, capitaneadas pelo PSDB.

Petistas e tucanos constituem, hoje, no âmbito dos partidos, a face mais visível dos dois blocos históricos que

disputaram os rumos do Brasil ao longo de todo o século XX: o bloco conservador, dependente e monopolista; e o bloco nacional, democrático e popular.

Desde agora e até o final do segundo turno de 2010, todas as forças políticas e sociais do país se agruparão em torno de um destes blocos. Como ocorreu em 2006, não haverá espaço para o abstencionismo nem para a neutralidade.

O confronto de 2010 repetirá, com algumas diferenças importantes, o que vem ocorrendo desde 1989, passando por 1994, 1998, 2002 e 2006.

Uma das diferenças em relação à disputas passadas, é que poderemos mostrar, a nosso favor, o que foi feito ao longo de oito anos de governo.

A defesa da continuidade de programas exitosos, o compromisso com o aprofundamento das mudanças e com a superação das deficiências constituem pontos fundamentais da disputa eleitoral. Devemos deixar claro que não queremos o continuísmo, mas sim tomar o que foi feito como alavanca para avançar, especialmente em direção à mudanças estruturais. Devemos, também, identificar claramente os problemas que devem ser enfrentados, como a ameaça de desemprego, a autonomia de fato do Banco Central e seus juros altos, a necessidade de ampliar os investimentos sociais, a reforma política e a democratização da comunicação de massas. Cabe também forte defesa da Petrobrás como empresa pública estratégica e da utilização dos recursos do pré-sal para alavancar o desenvolvimento do país e sustentar fortes investimentos em políticas sociais estruturantes.

Outra das diferenças em relação à disputas passadas decorre da desmoralização do neoliberalismo.

Muito provavelmente, o candidato do PSDB e do DEM esquecerá o que disse e o que fez, apresentando-se desde já como "desenvolvimentista" e "keynesiano". Por isto, precisamos lembrar o que estes partidos fizeram com nosso país, até 2002; recordar a herança maldita; comparar os efeitos da crise sobre o Brasil, no governo deles e no nosso; denunciar as medidas anti-populares que o PSDB e o DEM propõem, aqui e agora; mostrando, enfim, o desastre social que resultaria de um retorno destes partidos ao governo.

Não se trata de comparar realizações administrativas e capacidade de governo, mas sim de mostrar que nossas realizações e nossa capacidade são superiores *porque* decorrem de uma visão ideológica e programática, democrático-popular e socialista. Motivo pelo qual devemos acentuar não apenas a superioridade do "desenvolvimentismo" frente ao neoliberalismo, mas também a natureza distinta do "desenvolvimentismo" que defendemos, frente ao desenvolvimentismo conservador que caracterizou o Brasil ao longo do século XX.

Hoje, quando muitos neoliberais convertem-se ao keynesianismo, nós reafirmamos a superioridade teórica do marxismo, enquanto análise crítica do capitalismo e como fundamentação teórica de uma alternativa socialista. E reafirmamos, também, nossa disposição de construir um caminho para a superação, não apenas do neoliberalismo e do desenvolvimentismo conservador, mas também do capitalismo.

Como em 2006, o debate ideológico terá muita importância na disputa que se trava desde agora, nas eleições e depois delas.

Evidentemente, o resultado das eleições de 2010 não está definido. Por um lado, temos a popularidade do governo federal e de Lula, bem como a força eleitoral do PT e do campo democrático-popular. De outro lado, temos uma burguesia e um bloco conservador que jogará todas as suas energias na tentativa de reconquistar a presidência da República, por saber que uma terceira vitória do PT, das forças de esquerda e progressistas, terá um impacto político e simbólico enorme, não apenas demonstrando que nosso campo é capaz de vencer com outro candidato que não Lula, mas também criando melhores condições para mudanças estruturais.

A vitória do campo democrático-popular nas eleições de 2010 começa a ser construída agora, no enfrentamento da crise, na definição da política de alianças e da linha de campanha, na escolha da candidatura presidencial, na recomposição do campo democrático-popular, na definição do programa do próximo mandato presidencial, na reformulação de nossa estratégia.

A crise capitalista está no centro da conjuntura mundial, agora, em 2010 e nos próximos anos.

Trata-se de uma crise profunda e de longa duração, que possui diversas dimensões: financeira, econômica, social, alimentar, energética, ambiental, política, ideológica. Embora seu impacto sobre cada país seja diferenciado, a crise atinge todo o planeta.

A crise desmascara e desmoraliza a ideologia neoliberal. O que antes era feito, mas não era assumido, agora é praticado descaradamente, mostrando uma vez mais que o modo de produção capitalista gera crises periódicas e possui fraturas estruturais, dependendo para sobreviver da ação do Estado. O que conduz à seguinte conclusão: a continuidade ou não deste modo de produção não é inevitável, nem uma imposição da natureza, mas sim uma opção política e social.

A crise evidencia e agrava, também, o declínio da hegemonia dos Estados Unidos. Embora continue sendo a maior economia do mundo, tenha o maior poderio militar e controle os principais meios de comunicação de massas, os EUA enfrentam crescentes dificuldades internas e externas.

O desenlace da crise internacional será produto de dois movimentos combinados: a luta entre as classes sociais no interior de cada país e o conflito entre os diferentes Estados e blocos de países. Das diferentes combinações destes dois movimentos poderão resultar, simultaneamente, experimentos conservadores, progressistas e socialistas, cujo peso relativo definirá o desenho do mundo pós-crise.

Algo similar ocorreu a partir dos anos 1930, com o *New Deal*, o nazismo e a coletivização na URSS, com as alianças e conflitos militares cruzados entre as grandes potências e os países da periferia, concluindo no pós-Segunda Guerra com a divisão do mundo em dois grandes "campos" e diversos "modelos" (socialismo de tipo soviético, welfare state, diferentes tipos de desenvolvimentismo etc.).

Hoje, os Estados e classes sociais que se beneficiaram da ordem neoliberal buscam definir, eles mesmos, qual será a nova ordem mundial. Este é o sentido da frase proferida por Barak Obama, em seu discurso de posse: "Os Estados Unidos estão prontos para voltar a liderar".

Por outro lado, os Estados e as classes dominantes dos países da periferia capitalista buscam conquistar mais espaço no futuro mundo pós-neoliberal, tentativa que se expressa de diferentes formas, entre as quais o G20; a defesa de uma reforma da ONU e outras instituições internacionais; bem como variados acordos bilaterais e multilaterais entre os países "em desenvolvimento".

A disputa entre estas duas linhas (a "conservadora" e a "progressista") ainda está no seu início, mas deve se tornar muito mais aguda. Um dos sinais disto é o protecionismo, decorrente da progressiva nacionalização do crédito e das finanças, dos déficits nas balanças comerciais e das crises cambiais, bem como do crescente desemprego e da busca por proteger as respectivas economias nacionais da crise.

A profundidade da crise, por um lado, e o agravamento das contradições políticas, por outro lado, está empurrando determinados países e regiões para situações de crise ainda mais agudas, que podem evoluir no sentido de uma ruptura com o capitalismo e de novas tentativas de construção do socialismo.

Quanto mais massiva, intensa e radical for a reação das classes trabalhadores, mais avançado será o desenho do mundo pós-crise. Um desfecho socialista, por exemplo, depende da mobilização das classes trabalhadoras, não apenas para resistir, mas para conquistar o poder de Estado e a partir dele enfrentar não apenas os efeitos da crise, mas também suas causas; não apenas o neoliberalismo, mas também o capitalismo. Por óbvio, não cabe confundir a necessária reação massiva das classes trabalhadoras, com os delírios esquerdistas que enxergam em cada mobilização social, uma ante-sala da revolução.

Cabe aos partidos de esquerda, aos movimentos sociais e aos governos vinculados aos trabalhadores estimular um amplo e qualificado debate sobre a crise e sobre as alternativas; mobilizando as classes trabalhadoras, em defesa da manutenção e ampliação de suas conquistas; e, onde somos governo, adotando medidas práticas no sentido de superar a crise, em favor das maiorias.

No debate sobre a crise, precisamos ir além das explicações parciais segundo as quais a crise internacional decorre da "ganância", da "falta de controles", das políticas neoliberais e do esgotamento das instituições de Bretton Woods.

Tudo isto é verdade, mas uma verdade parcial. Uma explicação adequada da crise deve começar reconhecendo que estamos diante de uma crise do capitalismo, mais profunda do que a iniciada em 1929, inclusive porque a crise atual ocorre num momento histórico de máxima expansão e hegemonia do modo de produção capitalista.

A crise atual será de longa duração, entre outros motivos porque não existe, nem surgirá no curto prazo, um poder político capaz de administrar a situação e construir soluções: pelo contrário, assistimos simultaneamente

ao declínio da hegemonia dos Estados Unidos, a desmoralização do neoliberalismo e a paralisia das instituições de Bretton Woods.

Esta é uma crise clássica do capitalismo, uma crise de realização, decorrente no fundamental da contradição entre a capacidade cada vez maior da produção social, frente a capacidade efetiva de consumo da sociedade, contradição decorrente da tendência do próprio capitalismo de aumentar a exploração e reduzir o emprego da força de trabalho.

Trata-se de uma contradição estrutural, e não apenas de uma "diferença" entre a "oferta" e a "demanda", pelo seguinte: centenas de milhões de pessoas têm suas necessidades cotidianas reprimidas e não atendidas, porque não têm meios para adquirir mercadorias e, portanto, não têm como contribuir para a realização dos lucros e a acumulação. O mesmo sistema que amplia a produção de mercadorias, constrange a realização da mais-valia nelas contida.

O imperialismo, o consumismo doentio de algumas camadas da população, o neoliberalismo, a especulação financeira, as bolhas de crédito e até mesmo o endividamento público são mecanismos com os quais o capitalismo busca contornar sua contradição estrutural. Quando contornar se torna impossível, estouram crises como as que estamos vivendo hoje.

Por isto, não nos surpreendemos com a crise, que por sinal constitui uma constante na trajetória do capitalismo. Não comemoramos a crise, pois ela traz sofrimentos para dezenas de milhões de trabalhadores em todo o mundo. Mas tampouco nos acovardamos: a crise constitui uma extraordinária oportunidade, tanto para impor limites ao capitalismo, quanto para iniciar um novo ciclo de tentativas de construção do socialismo.

Como é óbvio, é nestes momentos de crise estrutural que se torna evidente que o capitalismo é uma criação social de alto custo humano e ambiental, sendo não apenas possível, mas necessário e urgente construir outro modo de produção, voltado não ao lucro, mas ao atendimento das necessidades humanas.

A crítica ao capitalismo, deve se materializar na defesa de um programa prático, que começa por: a) manter e ampliar os empregos e salários, impedindo assim que os capitalistas transfiram a conta da crise para os trabalhadores; b) adotar medidas que reduzam estruturalmente a força do capital e ampliem a força do trabalho, a exemplo da redução da jornada sem redução do salário; c) colocar mais e mais empresas monopolistas sob controle direto ou indireto do Estado; d) ampliar os controles públicos sobre as instituições de Estado, sobre o chamado mercado e sobre a atuação do capital estrangeiro.

Um dos subprodutos da crise é acelerar o processo de constituição de blocos: a crise e o declínio do poder hegemônico dos EUA empurram os países a constituir acordos econômicos e políticos regionais. Por outro lado, a crise também agudiza as contradições dentro de cada bloco, a exemplo do que vem ocorrendo com o Nafta (Tratado de livre-comércio na América do Norte) e com a União Européia. Assim como pode gerar alinhamentos em torno de potências regionais, como parece estar ocorrendo em torno da China, cuja reação à crise constitui (ao lado do que façam os Estados Unidos) uma das variáveis fundamentais da conjuntura internacional.

As contradições internas aos blocos regionais também se fazem sentir na América Latina, em particular no Mercosul. E só poderão ser enfrentadas através de uma ação decidida das maiores economias da região, a começar pelo Brasil.

No caso da América Latina e Caribe, especialmente na América do Sul, há uma peculiaridade distintiva: a existência de um bloco de governos de esquerda e progressistas, limitando a ação do imperialismo na região, permitindo até agora que cada processo nacional siga, no fundamental, o curso determinado pela correlação de forças interna, sem o desequilíbrio causado pela intervenção estrangeira.

A crise européia, após a Revolução Francesa de 1789, criou o ambiente e as condições para o processo de independência na América Latina. A crise dos anos 1930 abriu espaço para a industrialização de importantes países de nosso continente. Assim como a crise dos anos 1970 e 1980 abriu espaço para a ofensiva neoliberal. Dada a atual correlação de forças existente em nosso continente, a presente crise pode permitir um desfecho mais avançado, que trabalhamos para que seja democrático-popular e socialista.

A existência, no Brasil, de um governo integrado por forças progressistas e de esquerda, é peça fundamental da atual correlação de forças na América Latina. E a resistência continental à crise dependerá, igualmente, da

nossa capacidade de combinar crescimento interno com integração econômica e social da região.

O governo Lula reagiu à crise com mais investimento público, mais investimento social, mais mercado interno, mais Estado, mais integração continental. O rumo geral destas medidas é correto, mas é preciso ir além, especialmente se queremos, sobre os escombros do neoliberalismo, construir outra ordem.

Para enfrentar a crise e construir outra ordem, é preciso enfrentar o debate sobre a natureza de classe do crescimento e do desenvolvimento.

A crise econômica nos países centrais do capitalismo reforça as possibilidades de que o Brasil vivencie um novo ciclo de desenvolvimento.

Tanto no século XIX quanto no século XX, momentos de crise nas metrópoles levaram as classes dominantes a alterar o padrão de acumulação vigente no Brasil.

A natureza estratégica deste novo ciclo está em disputa. A depender da força, da capacidade política e da estratégia da esquerda, este novo ciclo poderá ser não apenas "nacional-desenvolvimentista", mas um "desenvolvimentismo democrático-popular", que articule nossa ação na sociedade capitalista em que vivemos, com a sociedade socialista que queremos construir.

Portanto, não nos basta um governo "progressista", capaz de recuperar a soberania nacional, ampliar a democracia e fortalecer o Estado.

Lutamos para converter o governo progressista, de centro-esquerda, que temos hoje, num governo democrático-popular, capaz de combater a ditadura do capital financeiro e realizar reformas estruturais, colaborando para a abertura de um novo ciclo histórico, que deixe para trás as décadas perdidas, o neoliberalismo e o desenvolvimentismo conservador.

Claro que isto exigirá uma coalizão política e social com composição distinta e força superior aquela que sustenta hoje o governo Lula. Exigirá, também, que o PT atue de outra maneira, articulando ação de governo, mobilização social, organização partidária e luta político-ideológica em favor de um programa de reformas estruturais.

Trata-se de dar sentido prático para a reafirmação do socialismo como objetivo estratégico, feita pelo 3º Congresso do PT, construindo um programa de reformas e uma estratégia de poder que apontem para a superação prática das relações capitalistas realmente existentes em nosso país.

Esta estratégia e esta plataforma programática objetivam, em última análise, alterar o padrão/modelo de desenvolvimento vigente há décadas no país (orientado ao lucro, externamente dependente, pró-monopolista e latifundiário, antidemocrático), construindo no seu lugar um novo padrão de desenvolvimento, em que o crescimento econômico se articule com democracia e superação da dependência e da desigualdade.

Não se trata, portanto, de voltar ao desenvolvimentismo ou ao populismo dos anos 1950. É preciso recordar que o desenvolvimento capitalista em nosso continente, inclusive onde assumiu formas mais avançadas, sempre esteve acompanhado da ampliação da desigualdade, da dependência externa e da falta de democracia política.

Se nosso objetivo é superar o neoliberalismo, mas sem voltar aos limites do modelo de desenvolvimento anterior, teremos então que enfrentar vários desafios, expostos em detalhe na resolução da X Conferência Nacional da AE e que a seguir resumimos:

O primeiro deles é lutar pela democratização profunda de nossas sociedades. Isto significa muito mais do que eleições periódicas. O sistema político existente no Brasil, bem como na maioria dos países de nosso continente, segue produzindo enormes distorções, suscetível a todo tipo de manipulação por parte da burguesia e dos partidos conservadores. O controle social sobre a atividade política e estatal é extremamente reduzido. Para a maioria da população, sobra apenas eleger periodicamente seus "representantes". Os meios de comunicação, que geralmente estão em mãos de monopólios privados, interferem de maneira descarada em favor dos interesses capitalistas.

O segundo desafio é ampliar o alcance e a qualidade das políticas sociais públicas, inclusive criando novos direitos sociais. Antes da onda neoliberal, no Brasil e na maior parte do Continente, a cobertura do Estado em áreas como saúde e educação já era bastante reduzida. O neoliberalismo piorou ainda mais a situação, fazendo

com que vários destes serviços fossem acessíveis apenas através do mercado. Agora estamos diante do desafio de garantir, além do direito pleno à saúde, educação e alimentação, outros direitos básicos, como o acesso à eletricidade, telecomunicações, saneamento básico, habitação, transporte público, à cultura e ao lazer como direitos universais.

Integra o desafio de ampliar o alcance e a qualidade das políticas sociais públicas a defesa da SAÚDE, e do Sistema Único de Saúde (SUS), para todos os brasileiras e todas as brasileiras, direito social inscrito na Constituição Federal de 1988 (CF de 1988): A saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação. (Art. 196 CF de 1988).

Não podemos perder de vista que, há dois séculos, homens e mulheres que lutavam por um mundo que se estruturasse tendo como pilar da organização em sociedade a radical defesa da vida de todas as pessoas, atinaram para a determinação social e econômica que ensejava a exposição da esmagadora maioria da população a toda sorte de riscos à sua saúde e à sua vida. Mas não só: perceberam que a luta pela superação das desigualdades socioeconômicas era insuficiente para preservar a saúde, manter a vida e propiciar o bem-estar coletivo sem que, paralelamente, se instituísse uma rede de prestação de serviços, distribuída pelo território do Estado nacional, que propiciasse às pessoas o acesso universal e igualitário às ações e serviços destinados à promoção, proteção e recuperação da saúde.

Os Sistemas de Saúde socializados, portanto, universais, implantados particularmente em países europeus do início do século passado até a década de 1970, defendidos pelos partidos políticos que buscavam a transformação social, o movimento sindical e a intelectualidade progressista constituíram-se na materialização da solução para a necessidade de instituir-se uma rede de prestação de serviços de saúde nacional e de acesso igualitário.

No Brasil, os constituintes eleitos em 1986, em meio ao complexo processo de luta política que havia levado à derrocada o regime militar, à participação e pressão popular visando à democratização do país em todas as suas dimensões e à falência da política de saúde excludente implementada no período 1964-1984, inscreveram na Constituição Federal de 1988 (CF de 1988), pela primeira vez na história do país, o reconhecimento da saúde como direito social. E mais: dispuseram sobre o Sistema Único de Saúde (SUS) nos seguintes termos: "As ações e serviços públicos de saúde integram uma rede regionalizada e hierarquizada e constituem um sistema único, organizado de acordo com as seguintes diretrizes: descentralização, com direção única em cada esfera de governo; atendimento integral, com prioridade para as atividades preventivas, sem prejuízo dos serviços assistenciais e participação da comunidade" (Art. 198 da CF de 1988).

O reconhecimento da saúde como direito social e a criação do SUS, de um lado, era assim enfatizada: "São de relevância pública as ações e serviços de saúde, cabendo ao Poder Público dispor, nos termos da lei, sobre sua regulamentação, fiscalização e controle, devendo sua execução ser feita diretamente ou através de terceiros [...]" (Art. 197 da CF de 1988). De outro lado, inseria-se a saúde no texto constitucional no conjunto integrado de ações denominado Seguridade Social – saúde, previdência e assistência social – (Art. 194 da CF de 1988), a qual deveria ser financiada por toda a sociedade, de forma direta e indireta, nos termos da lei, mediante recursos provenientes dos orçamentos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, e das seguintes contribuições sociais:

a) do empregador, da empresa e da entidade a ela equiparada na forma da lei, incidentes sobre a folha de salários e demais rendimentos do trabalho pagos ou creditados, a qualquer título, à pessoa física que lhe preste serviço, mesmo sem vínculo empregatício; sobre a receita ou o faturamento; sobre o lucro;

b) do trabalhador e dos demais segurados da previdência social, não incidindo contribuição sobre aposentadoria e pensão concedidas pelo regime geral de previdência social;

c) sobre a receita de concursos de prognósticos;

c) do importador de bens ou serviços do exterior, ou de quem a lei a ele equiparar (Art. 195 da CF de 1988).

Antes da criação do SUS o direito a saúde, no que se refere ao seu componente assistencial, era garantido para quem? Atentem: a) para aqueles que tinham capacidade de pagar através de suas próprias fontes de renda; b) para aqueles que se inseriam no setor formal do mercado de trabalho e suas famílias, aos quais era garantido o

acesso a assistência médica através da previdência social e c) para aqueles que tinham algum tipo de proteção institucional (plano ou seguro de saúde) financiado por ele mesmo, por sua empresa ou por terceiros.

Ou seja, uma grande parcela da população brasileira – que não se inseria no mercado formal de trabalho, não tinha renda para pagar por sua proteção à saúde ou não tinha nenhuma empresa ou instituição que velasse por sua saúde – poderia acessar aos serviços prestados pelos estabelecimentos de saúde públicos da administração direta (Ministério da Saúde e secretarias estaduais e municipais de saúde) ou contar com a caridade provida pelos hospitais filantrópicos, como as Santas Casas. No entanto, tanto os estabelecimentos de saúde públicos da administração direta quanto os hospitais filantrópicos, tinham papel residual na oferta de saúde no país e não eram suficientes para cobrir uma volumosa população de trabalhadores e trabalhadoras do setor informal do mercado de trabalho que vivia nas periferias das grandes regiões metropolitanas, nas pequenas cidades e vilas e nas regiões rurais.

Contudo, a elite brasileira se empenhou em estrangular a implantação do SUS, sonegando-lhe provisão orçamentária: o poder executivo federal descumpriu artigo das disposições constitucionais transitórias (Art. 55), que dispunha que trinta por cento (30%), no mínimo, do orçamento da seguridade social, excluído o seguro-desemprego, seria destinado ao setor saúde, e levou o sistema ao colapso no seu nascedouro – simples assim.

Em que pese o interdito das elites conservadoras brasileiras à célere implantação do Sistema Único de Saúde (SUS) para todos os brasileiros, seguindo a melhor tradição dos sistemas de saúde socializados – mais eficientes, eficazes, qualificados, racionais e justos do que os sistemas de saúde de mercado –, em 2003 o SUS, embora se constituísse em política pública recente e conformasse uma reforma social incompleta e com implantação heterogênea conforme a região do país, já configurava um sólido sistema de saúde com capilaridade em todo o território nacional e que prestava significativos serviços à população brasileira – serviços de assistência, inclusive a terapêutica, de vigilância epidemiológica (controle de doenças) e de vigilância sanitária (campo de intervenção na realidade sanitária destinado à proteção e defesa da vida das pessoas) –; havia impactado positivamente os indicadores de saúde e era avaliado positivamente pelos que o utilizavam rotineiramente. Não obstante esses inegáveis avanços, o SUS enfrentava – e continua enfrentando – grandes desafios para a sua consolidação definitiva que precisam ser superados com desassombro e firmeza política.

Nos últimos seis anos, iniciativas inovadoras se deram no SUS, sendo muitas delas decorrentes do protagonismo do Ministério da Saúde. Apesar disso, milhões e milhões de brasileiros ainda não têm acesso à denominada porta de entrada do sistema (atenção primária); a atenção primária requer reorganização que a torne mais resolutiva, qualificada e o acesso ágil, incorporando também setores das camadas médias que demandam utilizar os serviços prestados pelo SUS; o subsistema de atendimento às urgências e emergências, inclusive a remoção de pacientes, não está implantado no país como um todo, entre outros relevantíssimos problemas de saúde que estão a demandar urgentes soluções.

No entanto, embora soluções urgentes de problemas de saúde exijam recursos, porque esse setor de prestação de serviços é intensivo em utilização de mão-de-obra e em incorporação de tecnologias – de processo e de produto –, paradoxalmente, no período 2003-2008, os Ministérios do Planejamento e da Fazenda, exerceram pressão sobre o Congresso Nacional para que não se regulamentasse a Emenda Constitucional 29, de 13 de setembro de 2000, que trata do financiamento da saúde pelos entes federados, incluindo-se também para a esfera federal o justíssimo cálculo de sua contrapartida, no financiamento do SUS, baseado no percentual sobre a arrecadação.

Neste período, dois parlamentares petistas apresentaram projetos de lei complementar (PLC) regulamentando o financiamento da saúde: o ex-deputado federal Roberto Gouveia (PT-SP) e o senador Tião Viana (PT-AC). O PLC de autoria do senador foi aprovado por unanimidade no Senado Federal em abril de 2008 e encontra-se parado na Câmara dos Deputados. Nele é disciplinado o financiamento do SUS ou, mais precisamente, é regulamentada a redação acrescida à Constituição através da Emenda Constitucional 29/2000, que instituiu a vinculação da alocação de recursos orçamentários com a finalidade de assegurar os recursos mínimos para as despesas com ações e serviços públicos de saúde. Em síntese, este PLC propõe:

a) manter o montante de recursos orçamentários que, de acordo com a Constituição, obrigatoriamente, as municipalidades e os estados devem alocar anualmente no setor saúde, ou seja, respectivamente, 15% e 12%;

b) alterar o método de cálculo da alocação de recursos orçamentários da União, que passaria a ser de 10% de suas receitas correntes brutas (esse percentual evoluiria de, no mínimo, 8,5% em 2008, para 9% em 2009 e 9,5% em 2010, alcançando 10% em 2011);

c) instituir normas de fiscalização, avaliação e controle das despesas com saúde nas esferas federal, estadual, distrital e municipal, o que ainda não está regulamentado.

Hoje, em meio à crise mundial do capitalismo, o SUS encontra-se diante de uma nova e preocupante ameaça. O projeto de emenda constitucional (PEC) que trata da reforma tributária, em discussão na Câmara dos Deputados, representa um grave retrocesso para todo o campo da proteção social – Seguridade Social (saúde, previdência e assistência social) –, educação e trabalho, pois, caso seja aprovado como está, extinguirá as fontes exclusivas e específicas de recursos para as políticas sociais e, assim, áreas do campo da proteção social não poderiam mais ser priorizadas, ou seja, a reforma dará tratamento de igualdade a ações e prioridades desiguais.

Ademais, o PEC da reforma tributária não aponta para a construção de um sistema tributário progressivo, pautado pela tributação da renda e do patrimônio, porém as modificações propostas afetam diretamente a estrutura de financiamento das políticas sociais, particularmente, os recursos vinculados ao custeio da Seguridade Social, educação e trabalho. Os principais pontos da reforma tributária são:

a) criar um Imposto sobre Valor Adicionado (IVA-F), com a extinção de quatro tributos federais (Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social – COFINS –, a contribuição para o Programa de Integração Social – PIS –, a Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico incidente sobre a importação e a comercialização de combustíveis – CIDE – e a Contribuição Social do Salário-Educação);

b) incorporar a Contribuição Social do Lucro Líquido (CSLL) ao Imposto de Renda das Pessoas Jurídicas (IRPJ);

c) reduzir, gradativamente, a contribuição dos empregadores para a Previdência Social, a ser realizada nos anos subseqüentes à aprovação da reforma, o que demandaria o envio de um projeto de lei ao Parlamento após a promulgação do PEC;

d) unificação da legislação do Imposto sobre Circulação de Mercadoria e Serviços (ICMS), a ser realizada por meio de lei única nacional e não mais por 27 leis estaduais;

e) criar um Fundo de Equalização de Receitas (FER) para compensar eventuais perdas de receita do ICMS por parte dos estados.

Em outras palavras, estas modificações significam o sepultamento da diversidade de bases de financiamento da Seguridade Social inscrita no Art. 195 da Constituição Federal de 1988, que ampliou o financiamento da previdência, saúde e assistência social para além da folha de salários, incluindo, a receita, o faturamento e o lucro.
Face ao exposto, defrontamo-nos com algumas prioridades no que se refere à defesa, ampliação, qualificação e consolidação do SUS, a saber:

a) continuar pressionando para que se aprove o PLC que disciplina o financiamento da saúde e institui normas de fiscalização, avaliação e controle das despesas com saúde nas esferas federal, estadual, distrital e municipal (Projeto Tião Viana), parado na Câmara dos Deputados;

b) continuar pressionando, através do esclarecimento e de mobilizações sociais amplas, para alterar o projeto que trata da reforma tributária nos pontos acima mencionados, que se referem ao campo da proteção social, pois, desde a promulgação da Constituição Federal de 1988, não se vê proposição que possa gerar tamanho retrocesso para os direitos à saúde e à vida da população brasileira, conquistados depois de décadas e décadas de muita luta;

c) continuar analisando e propondo alternativas, à luz da justiça social, em relação ao fabuloso montante de recursos que a União deixa de arrecadar anualmente porque pratica a renúncia fiscal – pessoa física (PF) e

pessoa jurídica (PJ) – em benefício de pessoas e empresas que pagam planos ou seguros de saúde. A rigor, o grande beneficiário dessa enorme renúncia fiscal da União são as empresas de planos e de seguros de saúde. Considerando que se trata de soma vultuosa – muitos bilhões de reais –, que não é arrecadada anualmente, seria política e economicamente mais racional e socialmente justo aplicá-la na consolidação de Sistema de Saúde nacional para todos os brasileiros e todas as brasileiras.

d) no que se refere à organização do SUS, em todas as esferas de governo, é preciso combater a ausência de criatividade na gestão da coisa pública, a qual, freqüentemente, gera a paralisia, a falta de ousadia em inovar e a receita de um "remédio único" – o mercado – para resolver quaisquer dificuldades que se apresentem. É preciso assinalar que, no caso dos Sistemas de Saúde nacionais, os piores exemplos do mundo são justamente os Sistemas de Saúde nacionais, individualistas e de mercado (os mais desiguais e perdulários do ponto do financiamento) e os melhores exemplos são os diversos Sistemas de Saúde nacionais socializados, portanto, universais.

Nosso terceiro desafio consiste na realização de reformas estruturais, que alterem a matriz social e econômica de nossas sociedades. A reforma agrária e a reforma urbana são objetivos essenciais. O latifúndio modernizou-se e segue funcional na lógica do capitalismo brasileiro, cada vez mais agressivo ao meio ambiente e às condições de vida dos trabalhadores rurais. Nas cidades, onde vivem 80% da população brasileira, a violência urbana explode, cresce o *apartheid* social e são negados os direitos básicos da maioria. São necessárias reformas radicais na ocupação espacial em cidades com situação de elevado risco ambiental. Há a necessidade de aumento expressivo das áreas verdes nas cidades, alteração da matriz de transportes, priorização do transporte público de massas. A combinação das reformas agrária e urbana deve dar conta de começar a enfrentar estes problemas.

O quarto desafio é a criação de um modelo econômico alternativo, que combine capacidade de crescimento, inovação, geração de emprego e renda, redistribuição de renda e riqueza. Estes objetivos, no atual estágio da economia internacional e nos marcos da correlação de forças vigente, exige que se trabalhe em escala continental. O desenvolvimento da capacidade de produzir bens e serviços deve ter como objetivo central a satisfação das necessidades básicas de cada país, para elevar gradualmente seu nível de vida e, ao mesmo tempo, apoiar a capacidade de exportação, gerando assim os recursos necessários para a complementação das necessidades nacionais. Devemos fortalecer nosso mercado interno, garantindo a existência de soberania alimentar, de uma política industrial, de uma rede de pequenas e médias empresas, de uma política de ciência e tecnologia, bem como de proteção à cultura, educação e comunicação nacionais.

O quinto desafio é o de combinar a soberania nacional com a cooperação entre os distintos povos e países que abracem nosso projeto de integração continental. Desafío ainda maior se recordarmos que cada um dos países latino-americanos e caribenhos possui histórias particulares e correlações de força específicas, às quais correspondem estratégias e programas também diferenciados. A integração entre as economias latino-americanas exige, para além de projetos de infra-estrutura e compatibilização legislativa, a integração de políticas econômicas e de um sistema de financiamento e crédito alternativo ao que hoje é dominante.

Um sexto desafio é enfrentar a imensa desigualdade de gênero, a desigualdade racial, a homofobia e todas as formas de preconceito e discriminação. É preciso trabalhar estrategicamente com a dimensão universal dos direitos humanos, com as políticas afirmativas e com a promoção de políticas públicas que afirmem valores democráticos, o respeito à diversidade e o combate contra as discriminações e exclusões, inclusive aquelas que afetam a pessoa com deficiência. Temos como objetivo acabar com as variadas formas de discriminação associadas ao capitalismo e ao neoliberalismo, como é o caso do preconceito étnico/racial, do sexismo e da heteronormatividade. O enfrentamento do machismo, do racismo e da homofobia fazem parte da construção de um novo modelo de desenvolvimento.

Um sétimo desafio diz respeito à realidade da juventude. A população jovem nunca foi tão grande na América Latina e no Brasil. Os anos neoliberais foram especialmente cruéis com os jovens, resultando no agravamento da dificuldade de acesso à educação, saúde, emprego, à cultura, ao lazer e ao esporte, entre outros. No Brasil, apenas 3 em cada 10 jovens têm acesso ao ensino médio. Este cenário agrava-se ainda mais com a ausência de perspectivas de trabalho, pois também os jovens são os mais atingidos pelo desemprego. A exclusão social associada à crescente e permanente difusão do individualismo, do consumismo, da futilidade e do autoritarismo, são combinações explosivas. Várias instituições têm divulgado pesquisas mostrando que as principais vítimas da violência no Brasil são crianças, adolescentes e jovens. Hoje 70% da população carcerária brasileira é

constituída por jovens entre 18 e 28 anos, demonstrando que as punições previstas aos adultos não inibem os jovens. A violência só diminuirá com um ataque profundo às suas causas, com a construção rápida e massiva de políticas que assegurem condições mínimas de vida para a juventude e, simultaneamente, proporcionem o acesso a uma formação integral. Sem isso, não se formará uma geração capaz de dar continuidade aos avanços sociais e econômicos que o país necessita.

Um oitavo desafio é deter o processo de destruição do meio-ambiente, a começar pelos recursos não-renováveis. Também por isto, a base produtiva de bens e serviços de cada um dos países, assim como as fontes fundamentais de energias e matérias-primas, devem estar sob controle direto ou indireto dos Estados e nações, e não a serviço das empresas multinacionais.

Todos estes desafíos estão entrelaçados: não haverá democracia substantiva, sem desenvolvimento e soberania nacional; não haverá efetiva soberania, sem desenvolvimento e democracia; não haverá desenvolvimento pleno, sem soberania e democracia. Por isto, para nós do PT, a luta por democracia, a luta por soberania e a luta por desenvolvimento combinam-se com a luta pelo socialismo.

O programa de reformas democrático-populares sistematiza as medidas que podem alterar as estruturas da sociedade brasileira, num rumo anti-monopolista, anti-latifundiário e anti-imperialista. Este programa é o norte a partir do qual construiremos o programa de governo das eleições de 2010.

O programa de reformas democrático-popular é parte do programa socialista do PT. Embora não tenha como premissa a extinção das relações capitalistas de produção ou da propriedade privada dos grandes meios de produção, tem um sentido geral anticapitalista, pois sua implementação entra em choque com o tipo de capitalismo hegemônico no Brasil, num processo de "aproximações" ao objetivo final cujo ritmo será determinado pela dinâmica concreta da luta de classes e da correlação de forças no país, na América Latina e no mundo.

Os componentes fundamentais deste programa são: a reforma urbana, a reforma agrária, a reforma da educação, a consolidação do Sistema Único de Saúde, a democratização da comunicação social, a reforma política, a reforma do sistema financeiro e a reforma do Estado, todas vinculadas ao propósito de criar espaços públicos estratégicos não mercantis.

No processo de preparação do PT e do campo democrático-popular para as eleições 2010, devemos colocar este temas estratégicos e programáticos em debate, ao mesmo tempo que enfrentamos os problemas táticos e estritamente eleitorais.

Ao debater o lugar das eleições 2010 em nossa estratégia, é importante lembrar como caracterizamos as eleições presidenciais de 2006.

Segundo as resoluções da X Conferência Nacional da AE, disputamos "as eleições presidenciais de 2006, com um duplo objetivo: derrotar a direita e criar as condições para realizar um segundo mandato superior ao primeiro. Para alguns setores do PT, isto significava um segundo mandato 'desenvolvimentista', pró-capital 'produtivo' e não pró-capital financeiro. Para nós, um segundo mandato superior ao primeiro significava lançar as bases de um ciclo longo de desenvolvimento democrático-popular para o Brasil, através de mudanças mais profundas na realidade brasileira. Tanto para nós, quanto para outros setores, um segundo mandato superior ao primeiro supunha que as classes trabalhadoras, seus partidos e movimentos, acumulassem mais força política".

Com base nisto, a X Conferência defendia que o segundo mandato correspondesse à orientação programática vitoriosa no segundo turno de 2006, expressa nas seguintes diretrizes:

a) soberania externa com ênfase na integração continental;

b) democratização com ênfase na reforma política e na comunicação social. A área de comunicação do governo, inclusive o Ministério da Comunicação, deveria estar totalmente comprometida com a democratização da comunicação social no Brasil;

c) construir uma política de defesa nacional, baseada em critérios de soberania, democracia, respeito aos interesses do povo e articulada com a política de integração continental. O servidor militar deveria ser integrado ao processo de desenvolvimento socioeconômico do país, efetivando-se democratização das Forças Armadas e desmilitarização da Polícia Militar. A PM comete mais de mil assassinatos por ano nas cidades do Rio e de São

Paulo e continua impune e rotineira a tortura como prática de investigação e de punição informal.

d) realizar a transição da política compensatória para as políticas sociais permanentes e destas para as grandes reformas estruturais, com destaque para as reformas agrária e urbana. Sendo fundamental que o PT e os partidos de esquerda tivessem forte incidência nos chamados ministérios sociais;

e) reforçar as políticas de governo que promovem a igualdade racial, de gênero e a livre orientação sexual. Avançar na agenda legislativa que contempla as demandas do movimento negro, feminista e GLBT. O governo deveria trabalhar para aprovar no Congresso Nacional a criminalização da homofobia, a união civil entre pessoas do mesmo sexo e a descriminalização do aborto;

f) uma política econômica que combine crescimento com forte distribuição de renda, o que exigiria enfrentar especialmente o grande capital financeiro privado. A área econômica no sentido amplo (Banco Central, Ministério da Fazenda, Planejamento, bancos públicos, ministérios vinculados à produção e infra-estrutura, ciência e tecnologia, fundos de pensão) precisaria estar totalmente afinada com a política de desenvolvimento econômico com distribuição de renda, inclusive as indicações do governo nos fundos de pensão e no Banco Central.

Entretanto, analisando o ano de 2007, as resoluções da X Conferência diziam ser preciso reconhecer que "não avançamos no sentido de reformas mais profundas. E embora os 'desenvolvimentistas' tenham ampliado seu espaço no governo, os 'neoliberais' seguem controlando o Banco Central, de onde favorecem o grande capital financeiro, além de influenciarem outras áreas do governo".

A X Conferência apontava ainda que, do ponto de vista político, sofremos derrotas importantes, como na reforma política e na CPMF, fortalecimento da centrodireita no governo, conflitos entre os partidos de esquerda, divisão na CUT, distanciamento de alguns movimentos sociais em relação ao governo.

Para a X Conferência, isto não queria dizer que o segundo mandato estivesse sendo igual ao primeiro. Mas queria dizer que, do ponto de vista estratégico, ou seja, do ponto de vista das reformas estruturais, o segundo mandato não estava sendo superior ao primeiro.

Um exemplo desta continuidade estratégica (ou estrutural) é o fato da redução da desigualdade acontecer através da diminuição da distância entre os que vivem de salários, ao mesmo tempo que a burguesia lucrava como nunca. Outro exemplo de continuidade estratégica é a hegemonia do setor financeiro sobre a economia nacional.

Nas resoluções da X Conferência, dizíamos textualmente que "se não houver uma alteração de curso muito significativa, podemos sofrer uma derrota eleitoral e política em 2010. Esta alteração de curso pode vir como reação a uma radicalização da oposição (como ocorreu em 2005); por uma mudança no quadro econômico internacional e nacional; pela mobilização das classes trabalhadoras; por iniciativa do próprio governo e do presidente da República; por pressão do PT e dos partidos de esquerda; ou ainda por uma combinação destas diferentes causas".

Hoje, estamos exatamente diante de uma "mudança no quadro econômico internacional", que reduz a possibilidade do governo manter uma política que, sem tocar nos imensos lucros da burguesia, proporcionava ganhos sociais para amplas camadas populares.

O novo quadro, de crise internacional, exige do governo e das forças políticas e sociais que o apóiam, a adoção de medidas mais ousadas, mais radicais. O governo é levado a reorganizar sua política e o Partido é chamado a reabrir o debate estratégico.

Nestes marcos, defendemos que o governo Lula adote imediatamente as seguintes medidas:

a) redução substancial nas metas de superávit primário, para liberar o conjunto dos recursos hoje destinados ao pagamento da dívida pública para os investimentos em infra-estrutura e sociais;

b) redução acelerada nas taxas de juros, combinada com a demissão do presidente do Banco Central e recomposição da diretoria;

c) alteração nas instituições de política econômica, democratizando a composição do Conselho Monetário Nacional, do Conselho de Política Monetária e do Banco Central, que devem conquistar autonomia frente aos

interesses do grande capital financeiro privado;

d) controle de capitais. A oscilação no câmbio, o impacto da instabilidade econômica internacional e o risco de uma nova fuga de capitais, em direção à "qualidade" oferecida noutras praças financeiras, precisam ser evitadas por meio da instituição de mecanismos de controle da entrada e saída de capitais;

e) ampliação dos investimentos públicos na infra-estrutura. Os investimentos liberados pela redução do superávit primário e da taxa de juros precisam ser direcionados para investimentos produtivos de larga escala;

f) plano emergencial de obras públicas nas grandes cidades. As metrópoles brasileiras concentram pobreza, problemas urbanos, carência de transportes coletivos, déficit habitacional, imensos problemas ambientais e de saneamento. A ampliação dos investimentos em infra-estrutura deve contemplar também este setor;

g) ampliação nos investimentos públicos nas áreas sociais. A oferta de mais serviços e bens públicos, além de elevar a qualidade de vida de dezenas de milhões de trabalhadores, cria empregos e resulta também numa ampliação não-inflacionária da renda dos trabalhadores;

h) extinção da Desvinculação dos Recursos da União (DRU), tornando possível a ampliação dos investimentos nas áreas sociais e garantia dos percentuais de aplicação de recursos orçamentários previstos na Constituição Federal para saúde e educação, e elevação do financiamento desta dos atuais 4% para 7% do PIB, retirando o veto de FHC a esta meta, conforme determinado no Programa de Governo de Lula;

i) ampliação do valor real do salário mínimo e das aposentadorias, medidas de comprovado impacto social, capazes de criar um efeito virtuoso sobre a produção e o consumo internos;

j) transformação da dívida pública dos Estados e municípios em investimentos sociais do governo federal. A maior parte das grandes cidades, e diversos Estados, poderão assim realizar maiores investimentos sociais;

k) desmanchar os entraves legais e burocráticos típicos do período neoliberal, tais como a Lei de Responsabilidade Fiscal que impõe pesadas restrições aos gastos públicos, estimula a terceirização dos serviços e impede (através dos limites em gastos com pessoal) a constituição de um estafe estatal técnico capaz de gerar projetos estratégicos; as normativas da STN (Secretaria do Tesouro Nacional) e dos componentes do sistema financeiro estatal (BB, CEF, BNDES etc.), que restringem sobremaneira a capacidade de endividamento e tomada de linhas de financiamento (e portanto de investimento) dos entes federativos (estados e municípios) através de exigências descabidas (como por exemplo, superávit primário nos últimos quatro anos que antecedem a contração de empréstimo); e da Lei das Licitações que embora tenha sido um avanço no sentido do controle sobre as compras e contrações públicas, enseja um conjunto de entraves desnecessários que atrasam a execução dos projetos, favorecem a constituição de cartéis e dificultam o acesso às concorrências das pequenas e médias empresas, que precisam ser revistas e atualizadas, sem prejuízo de instrumentos eficientes de fiscalização, no sentido de garantir a celeridade e a democratização necessárias a um novo modelo de desenvolvimento;

l) desonerar o processo de financiamento dos entes federativos no que tange à obras e realizações de caráter estrutural e de interesse social, reduzindo a taxa de juros (nominais e de "spread") , eliminando ou diminuindo drasticamente as exigências de contrapartida e estabelecendo prazos mais largos de carência para pagamento;

m) defesa da poupança popular, preservando os rendimentos dos pequenos investidores em cadernetas de poupança e a rentabilidade do FGTS, ameaçados pelas recentes mudanças introduzidas no cálculo da TR pelo BC, medida que implica remuneração inferior à inflação para estas aplicações, em benefício de outras que seguem a lógica do sistema financeiro;

n) ampliar o controle do Estado sobre a economia privada capitalista, tendo entre outros objetivos ampliar a presença da União na Petrobrás, viabilizar a exploração sob controle público do Pré-Sal e recuperar a Vale do Rio Doce;

o) reforma tributária que grave pesadamente as grandes riquezas, acoplada ao aumento de recursos para securidade social e educação;

p) ampliar a geração de empregos e o apoio à pequena e média empresa, o que exigirá um programa de reforma urbana e de reforma agrária de dimensões superiores aos atuais. O que, no caso do campo, exigirá alterar o modelo de reforma agrária, baseada exclusivamente na desapropriação onerosa, por outro modelo,

baseado na expropriação por interesse social. Mais recursos para agricultura familiar e mudança no índice de produtividade para fins de reforma agrária;

q) desmontar os pilares políticos que sustentam a hegemonia das classes dominantes, entre os quais o monopólio da comunicação e o financiamento privado das campanhas eleitorais.

Nosso país é marcado pela dependência, pela desigualdade e pela falta de democracia. As imensas transformações que experimentamos, desde o século XIX até hoje, não alteraram estas grandes características nacionais. O que explica esta capacidade de mudar sem mudar, é principalmente a opção das classes dominantes por fazer a transição pelo alto, através do chamado pacto das elites, evitando assim a irrupção das classes dominadas e suas reivindicações anti-sistêmicas.

A eleição de Lula, em 2002, e nossos quase 8 anos de governo não alteraram esta dinâmica histórica característica do Brasil. Em certa medida por opção estratégica, em certa medida por conta da correlação de forças internacional e nacional, nosso governo federal foi hegemonizado por uma política de conciliação, pelo gradualismo, pelo intuito de mudar pactuando.

Nossa cooptação por esta tradição brasileira deriva, em parte, da "herança maldita" e também da força que a oposição de direita mantinha e segue mantendo nas instituições estatais, principalmente no Congresso Nacional. Essa força não deve ser subestimada nunca e é contra ela que devemos dirigir o principal de nossa iniciativa política.

Entretanto, a hegemonia neoliberal e a força da oposição explicam muito, mas não explicam tudo. Ademais, se experimentamos dificuldades para enfrentá-las, é exatamente por causa dos erros cometidos pela esquerda, em particular pelos petistas, com destaque para aqueles que comandaram tanto o governo quanto o Partido entre 2003 e 2005, a começar por Lula.

Entre estes erros, que devemos analisar e superar, citamos os seguintes, cometidos especialmente até 2005:

a) o rebaixamento ideológico e programático, que incluiu abandonar a perspectiva revolucionária e o socialismo com objetivo estratégico do Partido, reduzindo ao ponto do desaparecimento os vínculos entre nossa ação de governo e a luta contra o capitalismo;

b) uma estratégia geral de conciliação de classe e coexistência pacífica com a hegemonia neoliberal, baseada numa postura cuja tradução popular é: "melhor um mau acordo do que uma boa briga";

c) uma política de "governabilidade institucional", baseada principalmente na construção de maiorias congressuais, subestimando o caráter estratégico da "governabilidade social";

d) uma política econômica que não tocou na hegemonia do capital financeiro, mantendo altas taxas de juros e enorme superávit primário, priorizando o serviço das dívidas públicas e contingenciando pesadamente o orçamento da União;

e) a incorporação de premissas do pensamento neoliberal em importantes setores do governo, o que por sua vez está na base de erros como o da reforma da previdência, que dividiu nossa base social, pondo a perder o momento em que poderíamos unificar esta base na execução de reformas populares;

f) um forte viés compensatório nas políticas sociais e a não realização de reformas estruturais que apontassem na linha da universalização de direitos;

g) uma política de comunicação tradicional, que não trabalhou para democratizar profundamente a comunicação social;

h) a transformação do Partido em correia de transmissão do governo;

i) a adoção de uma política de financiamento similar a vigente nos partidos tradicionais;

Estes erros resultaram, direta ou indiretamente, da chamada "estratégia de centro-esquerda", que veio se consolidando no Partido desde 1995.

Dela derivou, por exemplo, a avaliação de que não havia condições políticas para a implementação imediata de nosso programa de governo, introduzindo a idéia de uma "transição" prévia à adoção de um programa que

já havia sido bastante desidratado. Perdemos, com isto, a "inércia positiva" de toda vitória eleitoral, inclusive o entusiasmo em torno das possíveis mudanças.

Paradoxalmente, o excesso de moderação acabou colocando em xeque os pressupostos da própria "estratégia de centro-esquerda".

A "coexistência pacífica" na transição do governo FHC para o governo Lula criou pontos de esgarçamento nas relações com setores de nossa base social tradicional, com os segmentos mais politizados das camadas médias e com a maior parte da intelectualidade progressista. Hoje, apesar dos altos índices de popularidade de Lula, o PT segue sofrendo os efeitos daquele esgarçamento.

Por outro lado, não se consumou nenhuma aliança estável com setores da burguesia que, em tese, "aceitariam" o governo Lula e poderiam agrupar-se em torno de suas políticas, como supostamente almejaria a "estratégia de centro-esquerda". Os setores que até há pouco aplaudiam o conservadorismo da política monetária, no máximo toleram nossa presença no governo e seguem dando apoio à oposição. E os setores convocados a participar da iniciativas governamentais, inclusive a constituição de grandes empresas nacionais, não se demonstram aliados confiáveis, como se está vendo na onda de demissões praticadas por empresas turbinadas por recursos públicos.

Apesar disso, setores do governo e do Partido insistem ainda hoje em buscar uma aliança estratégica, tanto com setores do grande capital financeiro, quanto com o PSDB. Esta ilusão desarma política e ideologicamente o Partido, produz derrotas como a da CPMF, e deve ser combatida duramente.

Destaca-se, entre os erros cometidos pelo conjunto do partido, a começar pelos que estão com responsabilidades de governo, a adoção de uma política de governabilidade de tipo parlamentarista. Nosso Partido e o governo agiram muitas vezes como se o parlamentarismo tivesse sido vitorioso em 1993, como se o "gabinete ministerial" e o programa de governo tivessem que corresponder à maioria congressual.

Ao longo do primeiro mandato, esta concepção parlamentarista de governabilidade demonstrou todos os seus limites. Tornou o governo crescentemente dependente da maioria de direita e crescentemente refém do fisiologismo predominante nos partidos conservadores. Fez o PT e o conjunto do governo pagarem por atitudes e práticas dos partidos conservadores a nós aliados. E fez o PT adotar uma postura leniente frente a inadiável luta por uma reforma política.

Depois da crise de 2005, o conjunto do PT começou a perceber a necessidade de superar esta equivocada "concepção parlamentarista de governabilidade", colocando no seu lugar uma governabilidade conquistada através da combinação entre atuação parlamentar, ação de governo, mobilização social e pressão da opinião pública, combinada com a luta por uma reforma política profunda.

Mas, como vimos de 2007 em diante, setores importantes do PT e do governo ainda insistem na política antiga, o que se traduziu por exemplo na falta de mobilização do governo em defesa da reforma política; bem como na falta de mobilização do Partido em defesa da CPMF.

O conjunto de erros cometidos entre 2003 e 2005 criou um ambiente propício ao ataque da direita contra nós, ataque que quase nos afastou do governo federal e quase destruiu o Partido. Vale dizer que o recurso a métodos de financiamento típicos do PSDB, embora tenha sido o pretexto midiático para os ataques, foi conseqüência e não causa dos problemas estratégicos.

Os erros não foram fatais, porque tivemos acertos importantes, que somados às nossas "reservas estratégicas" (o capital político acumulado em mais de 20 anos de luta e as conquistas sociais efetivas proporcionadas por nossa presença no governo federal) nos permitiram enfrentar a crise de 2005 e vencer as eleições de 2006.

Vencemos o segundo turno presidencial de 2006 por diversos motivos: a memória negativa deixada pelos governos neoliberais; os erros políticos cometidos por nossos adversários; as realizações do primeiro mandato de Lula; a força da militância petista e dos setores populares; a linha de campanha adotada no segundo turno, de confronto entre projetos políticos.

Certamente que as alianças que fizemos, tanto no primeiro quanto no segundo turno, contribuíram para a nossa vitória. Mas a dinâmica das alianças foi bastante desigual nas diversas regiões do país. Destaca-se o fato de que importantes seções estaduais de "partidos aliados" não apoiaram Lula nem no primeiro, nem no segundo turno.

Em vários locais estes partidos tinham e seguem tendo o PT como adversário ou inimigo.

Apesar disso, é importante constatar que os aliados de centro-direita, especialmente o PMDB, jogam um papel importante tanto no Senado, quanto na Câmara dos Deputados.

Com este argumento, ao compor o ministério do segundo mandato, o presidente optou por ampliar o espaço dos aliados de centro e de direita, quando o adequado teria sido insistir na construção de uma "governabilidade de novo tipo", menos dependente da dinâmica puramente parlamentar, mais embasada em interlocução social, comunicação ativa, ação de governo, retaguarda internacional, respaldo popular e mecanismos de democracia direta.

Portanto, a composição do ministério do segundo mandato não traduziu a conjuntura potencialmente favorável aberta pela reeleição de Lula e pelo resultado geral colhido nas urnas em 2006. O resultado foi que o governo e o presidente se fortaleceram, enquanto o PT e a esquerda oscilam ao redor dos patamares históricos. Incluindo nesta equação nossa correta opção por não disputar um terceiro mandato para Lula, fica claro que nossa estratégia e nossa política de acúmulo de forças apresentam problemas.

O governo, como sabemos, seguiu e ainda segue bem na opinião pública. Mas, do ponto de vista das reformas estruturais e do acúmulo político-organizativo das esquerdas, persistem os problemas já apontados. Motivo pelo qual devemos travar um debate muito consistente, tanto de avaliação do governo, quando sobre nossa estratégia, nosso programa e nossa tática para 2010 e os próximos anos.

Conquistamos, em 2006, uma vitória eleitoral, uma vitória sobre a mídia, uma vitória partidária e uma vitória político-ideológica. Mas tais vitórias, bem como os atuais índices de Lula nas pesquisas, não anistiam nossos erros, não garantem vitórias futuras, nem eliminam as imensas dificuldades e riscos que seguem existindo.

Entre estes riscos, há um que parece distante de nós, embora tenha afetado o governo de Salvador Allende e esteja sempre presente nos processos em curso na Venezuela e na Bolívia, entre outros: o de que nosso governo tente colaborar na construção de um novo ciclo histórico, mas sem reunir as condições políticas e ideológicas necessárias para enfrentar a previsível reação das classes dominantes.

Ademais deste, há três outros riscos estratégicos que se fazem presentes entre nós com muita força.

O primeiro deles é que nossa presença no governo federal não contribua para alterar, de maneira estrutural, a sociedade brasileira.

O segundo deles é que a direita volte ao governo, em 2010, fazendo da nossa passagem pelo governo federal apenas um breve intervalo, depois do qual o país retornaria à "normalidade" conservadora.

O terceiro risco é que não sejamos capazes de produzir uma estratégia que possa orientar nossa atuação, naqueles momentos em que não estivermos à frente do governo federal.

A estratégia ainda hegemônica no governo e, em menor medida, no PT, não impede a mudança política e social, mas a torna muito superficial, uma vez que não toca na estrutura de propriedade vigente no país. Noutras palavras: os avanços sociais acumulados desde 2003 não sobreviverão caso o PSDB-DEM voltem ao governo federal.

Além disso, é uma estratégia arriscada, pois não equaciona corretamente a questão do poder político. Noutras palavras: no médio prazo, não é sustentável manter praticamente intocado o poder econômico das classes dominantes e, ao mesmo tempo, não conseguir reduzir significativamente seus espaços de poder no Judiciário, no Senado, na Câmara dos Deputados, nos meios de comunicação etc.

Qualquer que seja o balanço que façamos sobre a estratégia seguida de 2003 até 2005 (sob hegemonia pallocista) e de 2005 até hoje (com um viés "desenvolvimentista"), é importante constatar que a crise econômica exacerba os limites e as contradições do gradualismo, tornando cada vez mais urgente a implementação de uma estratégia de outro tipo, que vise maior radicalidade e velocidade nas mudanças econômico-sociais e políticas.

Nosso programa para as eleições de 2010, mas também nosso combate à crise desde já, deve se basear nesta outra estratégia, que ademais deve responder de maneira clara qual o vínculo que existe entre nossa ação de governo e nosso objetivo socialista.

Uma das decorrências deste giro estratégico é a necessidade de reconstituir o campo democrático-popular,

tanto na relação com os partidos de esquerda quanto com os movimentos sociais e a intelectualidade.

A partir desta base, ampliaremos em duas direções principais:

a) em direção ao conjunto de nossa base eleitoral e social, para o que será fundamental o prestígio de Lula, do governo e do PT;

b) em direção aos demais partidos da base do governo, inclusive o PMDB, no sentido de atrair estes setores, no primeiro ou no segundo turno.

A questão do PMDB, enquanto partido, e dos setores de centro, do ponto de vista sociológico, constitui uma dasquestões centrais da disputa de 2010.

O fundamental, na disputa do centro, é o debate político ideológico sobre os diferentes programas de país e não, como pensam alguns, o debate sobre as alianças regionais e os espaços de governo.

Ademais, até para viabilizar coligações com o centro, é preciso que a esquerda tenha força.

Por fim, é preciso que o PT saia fortalecido das eleições de 2010. Inclusive para tornar possível a reforma política, sem a qual será cada vez mais difícil implementar nossa estratégia eleitoralinstitucional.

Por todos estes motivos, defendemos que o PT construa fortes pré-candidaturas a governador nos estados e, com base nelas, estabeleça a política de alianças, em coordenação com a direção nacional do Partido e levando em consideração os três elementos citados anteriormente. O PT pode abrir mão de ter candidatos majoritários, mas isto deve ser uma decorrência e não uma premissa.

A candidatura do PT à presidência da República, em 2010, vem sendo debatida, formal ou informalmente, desde a crise de 2005. A solução proposta pelo presidente Lula, ou seja, a candidatura de Dilma Roussef, vem sendo crescentemente aceita, não se descartando que o IV Congresso do PT aprove sua candidatura por aclamação ou, pelo menos, sem disputa.

Além de contar com o apoio de Lula e com trânsito forte no PT, a candidatura Dilma tem a seu favor:

a) ser a principal expressão do PAC, com toda a simbologia explícita;

b) ser uma militante de esquerda desde a luta armada contra a ditadura militar;

c) ser uma administradora reconhecida;

d) ser mulher.

Paradoxalmente, devemos incluir entre os pontos favoráveis o fato de Dilma nunca ter sido candidata à disputas eleitorais.

A grande dificuldade da candidatura Dilma não está nela, mas na situação: será a primeira vez que Lula não disputará as eleições presidenciais, desde 1989. Isto nos priva da identificação quase-automática que há, para as grandes massas populares, entre Lula e o projeto político-social que nós defendemos. Motivo pelo qual será necessário construir politicamente esta identificação entre Dilma e nosso projeto, mais precisamente com o terceiro mandato de esquerda e progressista.

Esta construção passa por um forte diálogo entre Dilma, o PT, os partidos de esquerda, os movimentos sociais, a intelectualidade progressista, em torno do programa de governo 2011-2014. Este diálogo terá como um de seus pontos fortes a natureza do desenvolvimento e sua vinculação com o projeto socialista do Partido, em suas várias dimensões (democrático e ambiental, inclusive).

Passa por reproduzir em 2009 e 2010, em linhas gerais, o que fizemos no segundo turno das eleições de 2006: o confronto de projetos de país, combinando a defesa dos oito anos de governo Lula, sua continuidade e aprofundamento; com um forte debate ideológico sobre o neoliberalismo, o capitalismo, as reformas estruturais democráticopopulares e socialismo.

Passa por ampliar a oposição ao PDSB e ao DEM, nos estados e municípios onde estes partidos comandam os governos, especialmente em São Paulo de Serra, Minas Gerais de Aécio e Rio Grande do Sul de Yeda.

Passa por engajar plenamente nossa ação de partido, bancadas e onde estamos nos governos, no combate à crise, especialmente no enfrentamento da sabotagem da oposição e da ganância dos grandes empresários serristas que praticam demissões.

A disputa sucessória foi antecipada. Parte dela está se travando através da ação dos governos, das polêmicas parlamentares e da disputa através dos meios de comunicação. Mas parte delas se travará nas ruas, na mobilização social, na qual terá importância a plataforma de mobilizações que venha a ser aprovada no Congresso da UNE e no Congresso da CUT.

A XI Conferência tomou conhecimento e aprovou a plataforma que apresentaremos ao Conune e ao Concut (ver resoluções específicas a este respeito).

Terá muita importância, também, o processo de eleição das novas direções do PT e o IV Congresso que o Partido fará em 2010.

No plano da construção partidária, a XI Conferência reafirma que os temas centrais são:

a) a construção de uma política financeira que liberte o PT da dependência de financiamentos privados;

b) a construção de uma política de comunicação de massas;

c) a construção de uma Escola de Quadros e de um sistema naciona de formação política;

d) a adoção de uma política de mobilização, que faça o PT estar presente no cotidiano da vida política do país, não apenas nos processos eleitorais ou através dos mandatos eletivos.

Vitoriosos em 2010, os desafios do terceiro mandato serão ainda maiores. Sem Lula na presidência, o campo democrático-popular será muito mais exigido. O que exigirá do PT uma capacidade programática, estratégica, organizativa e política muito superior ao que temos hoje. É isto que ajudaremos a construir, na XI Conferência Nacional da AE, no PED 2009 e no IV Congresso do PT.

Com base nas resoluções da XI Conferência, a nova direção nacional deve elaborar os documentos que apresentaremos:

a) de balanço do governo Lula;

b) de contribuição ao programa de governo 2011-2014;

c) nossa plataforma ao PED 2009;

d) nossa plataforma ao IV Congresso do PT.

Buscaremos construir estes documentos em comum acordo com as forças que, no PED 2007, lançaram a chapa Militância Socialista. É importante reproduzir, nos estados e municípios, os debates previstos para a Conferência nacional da esquerda socialista do PT (3 e 4 de abril de 2009).

O resultado das eleições de 2010 terá implicações estratégicas para o PT e para toda a esquerda brasileira. Para debater estas implicações e tomar as medidas orgânicas decorrentes, a XI Conferência convoca, para depois das eleições de 2010, o 1º Congresso da Articulação de Esquerda.

No terreno da organização da tendência, a XI Conferência atualiza o Regimento Interno, reafirma as resoluções da X Conferência e aprova resoluções específicas sobre as eleições 2010, sobre a frente institucional, sobre a frente de massas, sobre a Escola de Quadros, sobre o Página 13, sobre a Associação de Estudos e sobre a política de finanças. A XI Conferência referenda, também, a Resolução da Conferência Sindical Nacional da AE.

Resolução sobre a pesca e aqüicultura

O lugar da pesca e aquicultura na história e na economia nacional antes do governo Lula.

A pesca é uma das atividades mais antigas do Brasil, anterior inclusive à colonização portuguesa. Entretanto, sempre foi relegada aos escalões inferiores da política e da economia.

A situação herdada de governos anteriores, materializada em um modelo de desenvolvimento concebido na década de 60 e aplicado até o final dos anos 80 pela SUDEPE (Superintendência de Desenvolvimento da Pesca) buscava principalmente o aumento da produção sem preocupação com a sustentabilidade dos recursos pesqueiros, inclusão social, culturais e ecológicos ligados à atividade pesqueira.

Esse modelo entrou em decadência na década de 80, levando entre outras razões à extinção da SUDEPE. Na década de 90, a pesca e aqüicultura foram sub-aproveitadas. Nem a criação do Departamento de Pesca e Aqüicultura do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - DPA/Mapa, em 1998, reverteu esse quadro porque as poucas políticas adotadas para o setor privilegiavam quase exclusivamente o agronegócio da pesca oceânica centralizadas nas licenças de pesca aos grandes armadores nacionais e estrangeiros e ao desenvolvimento da carcinicultura de forma desordenada.

No legado dos governos anteriores esta o esgotamento dos recursos pesqueiros. Os principais estoques de pesca costeira e continental estão em seu nível de exploração plena, acima do nível sustentável. A degradação dos rios, a construção de barragens, a contaminação das bacias e a falta de fiscalização e ordenamento resultaram num processo de estagnação ou de queda, nas pescas costeiras e continentais – artesanal familiar ou de micro e pequenos armadores.

A ausência do Estado na organização/regulamentação de algumas atividades aqüicolas e pesqueiras, como a carcinicultura e os frágeis instrumentos de fiscalização e controle fizeram com quem crescessem de forma desordenada e com profundos impactos sociais e ambientais.

A ausência de políticas públicas deu causa ao desordenamento das atividades de pesca e aqüicultura, aos elevados índices de pauperização da pesca artesanal e de pequena escala e ao sucateamento da limitada infraestrutura.

Em paralelo a esse modelo de exploração, desenvolveram-se relações clientelistas entre o poder público e os pescadores e aquicultores, somadas ao alto grau de exclusão, analfabetismo, que chegava a 48% entre os pescadores artesanais em e acesso aos direitos de cidadania dificultaram o processo de organização dessa base social.

Os governos anteriores deixaram um setor abandonado, alijado das políticas públicas, com as poucas estruturas de terminais sucateadas, produção estagnada, recursos pesqueiros esgotados, degradação ambiental e extrema pobreza dos pescadores artesanais.

Uma nova política para o setor

Atendendo aos compromissos da Carta aos Pescadores, lançada em agosto de 2002, o Presidente Lula criou a Secretaria Especial de Aqüicultura e Pesca (SEAP), ligada à Presidência da República e com status de Ministério, que se constituiu como um marco na história da pesca e da aqüicultura brasileira.

A criação da Secretaria Especial de Aqüicultura e Pesca (SEAP), em janeiro de 2003, deu outra perspectiva ao setor. Até então, a aqüicultura e pesca em nosso país se caracterizavam pela descontinuidade institucional e de políticas públicas.

A SEAP atendeu a um anseio do setor e criou a perspectiva de perenidade institucional e de políticas para o setor. A pesca e a aqüicultura finalmente saíram dos escalões inferiores da vida pública nacional para o primeiro escalão do governo federal atendendo às legitimas demandas dos pescadores e aqüicultores.

As restrições orçamentárias, as limitações de recursos humanos, a falta de estrutura e a indefinição de compe-

tências entre os diversos órgãos federais para alguns temas, impuseram limites, mas não impediram avanços importantes no primeiro e segundo mandato do governo do Presidente Lula:

A sustentabilidade ambiental uma política transversal, cujo objetivo central é a recuperação dos estoques pesqueiros e a preservação dos ecossistemas.

A preocupação com o meio ambiente está presente em todos os programas e ações da SEAP. Apenas a título de exemplo, citemos o Profrota Pesqueira, principal programa de constituição de uma frota nacional, e o Programa Nacional de Rastreamento por Satélite (PREPS).

O Profrota prevê a construção, aquisição, substituição e modernização de embarcações brasileiras. Além de garantir a soberania nacional em águas da Zona Econômica Exclusiva (ZEE), por meio da substituição das embarcações arrendadas por embarcações totalmente nacionais, o programa assegura a redução do esforço de pesca nas áreas mais próximas da costa, onde os estoques pesqueiros estão sobreexplotados, na medida em que prevê a conversão de embarcações de pesca costeira para pesca de profundidade.

O PREPS, em fase de implantação, vai monitorar todas as embarcações com mais de 15 metros de comprimento. São mais de 3.000 embarcações de caráter industrial. Com equipamentos integrados a satélites, o programa informa o local e o itinerário da frota, o que permite ao Poder Público acompanhar e fiscalizar as pescarias realizadas na ZEE brasileira, contribuindo para a exploração sustentável dos recursos pesqueiros.

Inclusão social e resgate da cidadania: As políticas desenvolvidas estão ampliando a cidadania e promovendo a inclusão social dos homens e mulheres da pesca. São exemplos o recadastramento, o novo seguro defeso e o Pescando Letras.

O recadastramento atingiu mais de 390 mil pescadores artesanais e incluiu mais 300 mil novos pescadores, com a entrega da nova carteira em todo o Brasil. A Carteira do Pescador, concedida sem pagamento de taxas, identifica o trabalhador da pesca, garante o direito ao exercício da atividade, aos benefícios previdenciários, ao seguro defeso e às demais políticas públicas. É a primeira vez que se faz o recadastramento em 40 anos de Registro da Pesca. O recadastramento moralizou e deu credibilidade à Carteira de Pescador.

O novo seguro defeso, concedido ao pescador no período em que a pesca está proibida, reduziu de 3 para 1 ano o tempo de comprovação do exercício da atividade para ter acesso ao benefício e sua cobertura social foi ampliada em 115%. Saltou de 92 mil beneficiários, em 2002, para 340 mil, em 2008. Os recursos aplicados aumentaram de R$ 62,7 milhões em 2002 para aproximadamente R$ 535 milhões em 2008.

Com metodologia própria, o Pescando Letras já alfabetizou desde 2003 mais de 100 mil pescadores em todo Brasil. A Proposta Metodológica leva em consideração as especificidades sócio-culturais das comunidades pesqueiras e prioriza a alfabetização durante os períodos de defeso.

Recentemente a SEAP/PR em parceira com a Embaixada de Cuba e com a entidade sem fins lucrativos ACASA, iniciou a implantação de 5 projetos pilotos , um por Região do País, com o método "sim eu posso", que alfabetiza em até 3 meses, se adequando perfeitamente aos períodos de defeso que duram em média 4 meses. Foram implantados também 60 telecentros e mais 100 estão em andamento, possibilitando acesso à informática e à Internet gratuitamente para as comunidades pesqueiras.

Desenvolvimento da cadeia produtiva do pescado: A SEAP também trabalhou para retirar os principais entraves ao desenvolvimento da cadeia produtiva do pescado, razão pela qual inaugurou programas na área de infra-estrutura, crédito, comercialização e assistência técnica.

Os poucos terminais pesqueiros existentes estavam completamente sucateados. O Programa Nacional de Terminais Pesqueiros conferiu caráter público aos mesmos, implantou um novo sistema de gestão destes terminais denominado de "Arrendamento" e está estruturando uma rede de terminais pesqueiros públicos – TPP's em pontos estratégicos do país.

Em infra-estrutura, ainda, foi elaborado o programa de reestruturação de entrepostos aquícolas e pesqueiros, revitalização de estações de piscicultura e o programa nacional de fábricas de gelo, garantindo estrutura para

os pescadores artesanais e aquicultores familiares armazenarem seu pescado e sair da dependência de intermediários.

Outra importante ação é a criação dos "Centros Integrados da Pesca Artesanal" (CIPAR) que envolve a construção na comunidade de fábrica de gelo, de unidade de beneficiamento com câmara fria, de Kit Feira, ou veículo para comercialização e unidade de abastecimento de óleo diesel subsidiado entre outros.

A subvenção econômica ao óleo diesel marítimo que triplicou seu alcance e agora começa a chegar aos pescadores artesanais, até então excluídos dos benefícios do programa, através de instalação de unidades modulares de abastecimento de combustível subsidiado. Além disso, o novo sistema informatizado de gestão possibilitando maior controle, agilidade e transparência ao programa.

Foram criadas linhas de crédito voltadas à pesca artesanal, aqüicultura e pesca industrial, que estão disponibilizadas para investimento, custeio e comercialização, por meio do PRONAF, Fundos Constitucionais, e novas carteiras de crédito. Foram também adotadas medidas para facilitação do acesso ao crédito, o que possibilitou contratos para 20 mil pequenos aqüicultores e pescadores em 2008 e a disponibilização de R$ 1,1 bilhão para 2009, sendo 500 milhões do Pronaf.

O programa Nacional de Assistência Técnica e Extensão Pesqueira e Aqüícola, embora tendo apenas dois anos, já beneficia pescadores e aqüicultores em todos os estados da Federação, através da celebração de convênios em parceria SEAP/MDA.

Foi criado o programa Feira do Peixe, que consiste na entrega de um kit feira (tenda e utensílios) possibilitando a venda direta do pescado ao consumidor. O resultado tem sido a melhoria de renda do pescador e aqüicultor familiar e a redução do preço ao consumidor. Mais de 10 mil famílias foram beneficiadas. A Campanha Nacional de Incentivo ao Consumo de Pescados promove a Semana do Peixe, que difunde informações sobre os benefícios para a saúde decorrente do consumo regular desse alimento. Além disso, as redes de supermercados criaram ou ampliaram espaços próprios para a comercialização do produto. O objetivo é ampliar o consumo atual de pescado, ainda baixo no Brasil. Missões e intercâmbios internacionais foram viabilizados em parceria com a APEX-Brasil para divulgar o pescado brasileiro e promover a exportação.

A pesquisa e a geração de novas tecnologias tiveram um investimento em diversas ações nas áreas de aqüicultura e pesca. Destaca-se o lançamento pelo Ministério da Ciência e Tecnologia do programa de Pesquisa em Pesca e Aqüicultura disponibilzando 30 milhões de reais até 2011.

O desenvolvimento do potencial aqüícola brasileiro tem sido outra grande prioridade da SEAP. O foco central do programa concentrou-se no Uso das Águas da União para este fim. Regulamentação e adoção de procedimentos para a entrega de títulos de cessão de uso destas águas foi o grande desafio. Os primeiros títulos da história do Brasil estão sendo entregues, após 15 anos de discussões. Estão sendo demarcados parques aquícolas para produção de peixes em tanques-redes em reservatórios das hidréletricas e, na costa marítima brasileira. O desenvolvimento da maricultura e a demarcação dos parques aquicolas marinhos e faixas de preferência para comunidades tradicionais costeiras através dos Planos Locais de Desenvolvimento da Maricultura (PLDM), esses programas dão prioridade para os pequenos pescadores e aquicultores familiares tendo acesso ao lotes demarcados sem ônus, inaugurando uma verdadeira revolução na produção aquicola do país.

A adoção da política de desenvolvimento territorial como metodologia de garantir a participação das organizações sociais para indicar as prioridades ao desenvolvimento do setor, essa política objetiva garantir e fortalecer a participação dos pescadores e aquicultores no processo de definição de prioridades numa construção coletiva de baixo pra cima.

A SEAP tem uma participação muito ativa junto aos órgãos internacionais que tratam da pesca e aqüicultura, exercendo um papel de liderança dos países em desenvolvimento. Em especial junto à FAO, ao ICCAT (Comissão de Gestão da Pesca de Atuns e Afins para o Atlântico Sul) que pela primeira vez tem um brasileiro como presidente. Junto à OMC, o Brasil lidera o debate sobre a política de subsídios à pesca aos paises em desenvolvimento, a partir de proposta apresentada e que tramita naquela instituição.

Esses programas permitiram introduzir uma nova política de desenvolvimento para o setor de aqüicultura e pesca no Brasil.

Os diferentes projetos atualmente em disputa na pesca e aqüicultura

O pescado constitui o maior segmento da produção agropecuária mundial. Movimenta 55 bilhões de dólares/ano. O segundo segmento é o da carne suína (US$ 20 bilhões), seguido pela carne bovina (US$ 8 bilhões) e carne de frango (US$ 6 bilhões).

O potencial pesqueiro e aqüícola do Brasil é fato irrefutável: 8.500 km de costa marítima, 4,3 milhões de km² de Zona Econômica Exclusiva, 5,5 milhões de hectares de lâmina d'água de reservatórios de hidrelétricas.

Aos olhos da opinião pública, nada se justifica o não aproveitamento de tantas águas e potencialidades, quando grande parte da população brasileira carece de proteína animal e outro tanto literalmente passa fome.

O desenvolvimento da aquicultura pode ser uma grande porta de saída para os beneficiários do programa Fome Zero, essa atividade pode gerar emprego e renda aos mais pobres dando maior independência e autonomia em relação às políticas assistenciais do nosso governo. Pode contribuir também com a produção de alimento saudável para suprir as necessidades da crise anunciada da falta de alimentos no mundo, podendo contribuir com a soberania alimentar de nosso país.

Atualmente o Brasil está classificado em 17.º lugar no ranking mundial de produção aquícola e 11.º em termos de valores. Em 1994, era o 28.º em produção aquícola e o 24.º em termos de valores. É o segundo em importância na América do Sul.

O crescimento da atividade representou cerca de 30% ao ano em 2005, muito superior à média mundial de 12%. Comparada com outras atividades nacionais, a aqüicultura apresenta resultados superiores aos da pesca extrativa e também se sobressai com relação à produção de aves, suínos e bovinos, que nos últimos anos apresentaram taxas de crescimento dificilmente superiores a 5% ao ano.

O consumo mundial de pescado cresce progressivamente. Os consumidores estão substituindo as carnes vermelhas pelas brancas, em especial a do peixe. É uma proteína nobre, de fácil digestão, baixo grau de colesterol e rico em ômega 3. Segundo a FAO/ONU, o consumo, que hoje é de 16 kg/hab/ano, será de 22,5 kg/hab/ano em 2030, o que implicará em aumento da demanda mundial em 90 milhões de toneladas de pescado.

Suprir essa necessidade não será fácil. Os principais estoques pesqueiros estão sobrexplotados, sendo que o volume de pescado capturado se manteve estável na última década. A principal alternativa apontada pela FAO é o cultivo, a aqüicultura, que cresce, no mundo, a uma taxa média de 10% ao ano.

Há espaço para o crescimento da pesca. O País precisa investir na recuperação de estoques na costa marítima e nos rios e, sobretudo, apostar no desenvolvimento da pesca oceânica na Zona Econômica Exclusiva e em águas internacionais e explorar outras espécies com menor valor comercial investindo na transformação de subprodutos que agregue valor e garanta o consumo. Adotar uma política de ordenamento e recuperação dos estoques pesqueiros a exemplo da política adotada para a pesca da Lagosta no litoral, regulamentando as embarcações, proibindo petrechos nocivos à atividade como o uso das redes de caçoeira permitindo o retorno da produção.

A aqüicultura se apresenta com um grande potencial de crescimento da produção brasileira de pescado. Essa atividade tem crescido em média 22% ao ano na última década. Em 2006, as diversas modalidades da aqüicultura produziram cerca de 300 mil toneladas de pescado, o que representa 30% da produção nacional.

A atividade da aquicultura deve vista não somente como uma forma de aumento de produção, mas também como uma importante fonte de trabalho, renda e inclusão social, evitando-se dessa forma a criação de "latifúndios das águas". O Brasil deve apostar na produção de pescado, pois esta atividade é também uma importante fonte de trabalho, emprego, renda e inclusão social. Na aqüicultura, em cada 1 hectare de cultivo são gerados 4 empregos diretos e 8 indiretos, tendo o potencial de gerar 10 milhões de postos de trabalho diretos e indiretos.

O foco centrado no Uso das Águas da União para este fim, foi regulamentado a adoção de procedimentos para a entrega de títulos de cessão de uso destas águas. Os primeiros títulos da história do Brasil foram entregues a partir de 2008 , após 15 anos de discussões, para exemplificar o Chile resolveu essa questão há mais de 20 anos saindo de uma produção de 34 mil para 580 mil toneladas de produção de salmão. Estão sendo demarcados parques

aquícolas para produção de peixes em tanques-redes em barragens e, na costa marítima brasileira podendo dobrar a produção do país em um ano de atividade, essa ação podemos chamar da nossa "Reforma Aquática".

As vantagens comparativas da aquicultura no Brasil em relação a outras cadeias produtivas são surpreendentes. O Brasil tem terra, água disponível, clima favorável, espécies nobres, tem competitividade com outros produtos, gera emprego e renda superiores a outras atividades, não necessita de grandes áreas para produção como soja e pecuária ao mesmo tempo preservam as florestas.

Comparando a atividade da aqüicultura com outras cadeias produtivas, chegamos a dados surpreendentes. Enquanto a piscicultura produz 13 vezes mais proteína animal e tem rentabilidade 20 vezes que a produção bovina por área hectare. Sendo, portanto, um novo paradigma de desenvolvimento econômico do pais que respeita o meio ambiente, produz alimentos e gera emprego e renda.

As diretrizes políticas, econômicas e sociais para o desenvolvimento no setor

Transformar a aqüicultura em uma prioridade nacional, ampliando significativamente a produção nacional por meio do uso das águas da União e da implantação de pólos de desenvolvimento da piscicultura nas regiões com maior potencial produtivo e de geração de trabalho e renda, priorizando a participação das comunidades tradicionais. Estudo da FAO estima que, em 2030, a aqüicultura poderá gerar diretamente 40 bilhões de dólares e indiretamente R$ 160 bilhões de dólares e que as exportações de pescado poderão passar dos atuais 420 milhões de dólares para 40 bilhões de dólares. A FAO afirma ainda que apenas a aqüicultura poderá gerar cerca de 3 milhões de empregos diretos e 12 milhões de empregos indiretos.

Estruturar as comunidades pesqueiras objetivando criar condições para que os pescadores possam melhorar sua renda. Isso pressupõe dominar todo processo produtivo, desde a captura até a comercialização do pescado. A proposta central é a criação dos "Centros Integrados da Pesca Artesanal" (CIPAR), que envolve a construção, na comunidade, de fábrica de gelo, de unidade de beneficiamento com câmara fria, de Kit Feira ou veículo para comercialização e unidade de abastecimento de óleo diesel subsidiado.

Exige organização e capacitação para gestão, associado a disponibilizarão de crédito, assistência técnica e demais políticas públicas.

Implantar uma política de Estado, transformando o Pescando Letras em um programa de alfabetização e elevação da escolaridade integrado a educação cidadã e qualificação profissional, a exemplo do PRONERA.

Consolidar o desenvolvimento da pesca industrial na ZEE e em águas internacionais. Pressupõe dinamizar o Profrota para financiar a construção, conversão e modernização de embarcações; consolidar a construção de Terminais Pesqueiros Públicos nos principais pólos pesqueiros do Brasil; e potencializar programas de fomento como o de subvenção ao óleo diesel, o crédito, entre outros.

Desenvolver uma política eficiente de gestão dos recursos pesqueiros, com monitoramento de estoques e de embarcações, fiscalização, pesquisa, ampliação do consumo de pescado no mercado interno e ampliação das exportações. Tudo isso tendo como pressuposto a sustentabilidade ambiental e a inclusão social.

Soberania e segurança alimentar: O Brasil é apontado pela FAO como a última e maior fronteira aqüícola do mundo. O País tem o maior potencial de produção de pescado devido à riqueza de suas águas e seu clima tropical. Mais de 70% do território tem sol o ano inteiro. A partir da análise dos países com perspectiva de produção, a FAO defende a tese de que, em 2030, o Brasil terá que produzir 21 milhões de toneladas de pescado para não haver déficit de oferta do produto no mundo. A produção nacional hoje é de 1,08 milhões de toneladas

Política de Estado: O Brasil tem tudo para se tornar o país do pescado. Nosso desafio é consolidar a pesca e a aqüicultura como uma política de desenvolvimento sustentável, que seja capaz de gerar trabalho e renda e de aumentar exponencialmente a produção de pescado no país, num futuro próximo, está entre os maiores produtores mundiais de pescado. Vencer esse desafio é um compromisso que deve ser assumido pelo governo, pelos pescadores, aqüicultores, movimentos sociais, empresários e academia.

O lugar da pesca e aqüicultura no projeto democrático e popular e socialista.

A Articulação de Esquerda possuiu a compreensão de que o Estado brasileiro foi organizado para manter os interesses das classes dominantes. Além disso, o bloco histórico que sustenta o capitalismo no país tem no Poder Executivo uma importante fonte de poder, mas não a única. Ter o controle do governo não significa necessariamente deter o poder político. Com Lula, o PT chegou ao governo, porém está muito distante de ter chegado ao poder, especialmente porque a correlação das forças sociais tem sido permanentemente desfavorável a mudanças econômicas e sociais mais profundas. Esse fato que cria imensas limitações na implementação das políticas públicas.

Como conseqüência dessa correlação de forças, o conjunto do governo continuou refém da política econômica neoliberal , numa tentativa de conviver entre o desenvolvimento econômico e distribuição de renda, atendendo os capitalistas através de garantia dos contratos e manutenção da política juros altos, o pagamento dos serviços da dívida pública. Para se ter uma idéia do impacto dessa política, em 2009 foram destinados R$ 464 milhões para a políticas de aqüicultura e pesca, e R$ 139,1 bilhões aos serviços da dívida em 2005.

Tanto no primeiro quanto no segundo mandato, diversos setores tentaram desqualificar a importância da política publica de pesca e aqüicultura.

Contraditoriamente, alguns desses setores disputaram conosco o controle e a orientação política da SEAP/PR, com disputa com os partidos da base aliada do governo federal como na disputa interna no PT.

Não se pode desprezar as dificuldades enfrentadas pela direção da SEAP para compor a equipe dirigente e equipe técnica, já que o PT e a esquerda não possuíam acúmulo na formulação de políticas públicas para a aqüicultura e pesca. Partiu-se praticamente do zero, tanto em recursos humanos, como em estrutura física e orçamentária. Some-se às dificuldades a desorganização do setor, cujo processo de exclusão a que foi historicamente submetido o levou à fragmentação e ao aquartelamento por "coronéis" de colônias e federações de pescadores.

Além de possuir uma orientação nitidamente conservadora e clientelista, as poucas entidades e movimentos sociais não reuniam a legitimidade necessária para servir de interlocução entre o Poder Público e os pescadores e aqüicultores.

Esse quadro foi vencido com muito trabalho e confiança no potencial da aqüicultura e da pesca. Os limites não impediram avanços importantes. Programas e ações da SEAP representam uma evolução significativa em relação à realidade anterior e respondem as principais demandas do setor.

A política de aqüicultura e pesca que vem sendo implementada assenta-se nos pilares fundamentais: a) participação social; b) sustentabilidade ambiental; c) inclusão social; d) desenvolvimento de toda a cadeia produtiva do pescado; e) aumento da produção, do trabalho e da renda; f) desenvolvimento territorial; g) soberania e segurança alimentar.

Além de ser uma marca do modo petista de governar, a participação social foi uma das estratégias adotadas no primeiro e segundo mandato frente a Secretaria para superar a falta de acúmulo na formulação de políticas para o setor. Entendida como política transversal, que perpassa tanto os grandes programas e ações, quanto a definição das medidas ligadas ao ordenamento, a participação social representa uma das marcas da política de aqüicultura e pesca inaugurada em 2003.

Foram duas Conferências Nacionais realizadas em 2003 e 2006, envolvendo mais de 30 mil pessoas, além do I Encontro Nacional das Trabalhadoras da Pesca e Aqüicultura, em 2004, que apresentaram o imenso rol de demandas do setor, historicamente reprimidas. O Conselho Nacional de Aqüicultura e Pesca (CONAPE), órgão colegiado que integra a estrutura básica da SEAP, já em seu segundo mandato, e os comitês de gestão ajudaram a sistematizar essas demandas e convertê-las em políticas públicas.

Vencer os desafios e alavancar o desenvolvimento

O Brasil poderá triplicar o emprego, a renda e a produção de pescado, no curto prazo, desenvolvendo o mercado interno e se tornando um dos maiores fornecedores mundiais do produto. Para isso, o país precisa vencer ao menos 9 desafios.

O primeiro é a constituição de uma política de Estado para a aqüicultura e pesca, que interdite as descontinuidades institucionais e de programas voltados ao setor, de sorte a evitar as interrupções no tempo. Devendo estimular os governos estaduais e municipais criarem espaços institucionais que correspondam e elaborem políticas para a pesca e aqüicultura. Possibilitando a construção de um pacto federativo que se responsabilizará pelo desenvolvimento econômico, político e social do setor.

O segundo desafio é fazer com que o modelo de produção tenha como fundamento a sustentabilidade ambiental e a inclusão social. A implantação de políticas que comprometem o meio ambiente mostrou-se inviável, até mesmo do ponto de vista econômico, já que leva ao esgotamento dos estoques. O modelo produtivo deve ainda ser gerador de trabalho e renda e ser capaz de estender a cidadania democrática às populações que vivem da pesca e aqüicultura.

O terceiro desafio é superar a fragmentação de competências atualmente existente. Como diz o ditado popular, é preciso mudar o time que está perdendo. O modelo em vigor, que distribui entre a SEAP e IBAMA as atribuições relativas à pesca e aqüicultura, mostra-se inviável à uma efetiva gestão dos recursos pesqueiros e ao desenvolvimento da atividade. É preciso reunir em um único órgão as competências para fomento, desenvolvimento e ordenamento das espécies sub ou inexplotadas e sobrexplotadas, bem como desburocratizar os processos de licenciamento ambiental.

O quarto desafio diz respeito a dotar o órgão encarregado da aqüicultura e pesca de estrutura adequada, orçamento e quadro próprio de pessoal, capaz de dar conta das diversas atribuições. A proposta aprovada pela II Conferência Nacional de Aqüicultura e Pesca é de transformar a SEAP no Ministério da Pesca e Aqüicultura (MPA), reunindo as atribuições relativas ao fomento, desenvolvimento, fiscalização e ordenamento da atividade pesqueira.

O quinto desafio é consolidar, aperfeiçoar e ampliar os programas que vem sendo desenvolvidos pelo SEAP, além de implantar o plano de governo consubstanciado pelo Programa Setorial de Aqüicultura e Pesca da candidatura Lula. O Plano e os programas apontam para um modelo de modelo de produção, que responde às principais demandas do setor, até porque aqueles documentos foram construídos com a participação direta dos homens e mulheres que vivem da pesca.

O sexto desafio é desenvolver a cadeia produtiva em seu conjunto. Encurtar o seu tamanho, aproximar mais o pescador e produtor do consumidor, reduzir custo, melhorar a qualidade, é estratégico. Ampliar o associativismo e o cooperativismo pesqueiro e aqüícola; aprofundar as políticas de crédito, assistência técnica e extensão pesqueira e aqüícola, comercialização e infra-estrutura; criar o Banco Nacional de Dados Pesqueiros, capaz de subsidiar a construção e implementação das políticas públicas. Ademais, é fundamental ampliar e desenvolver o mercado interno de pescado.

O sétimo desafio é garantir a aprovação da Lei da Pesca, em tramitação no Congresso Nacional, de sorte a promover a revisão e aprimoramento do marco regulatório da aqüicultura e pesca, bem como estimular a aprovação de legislação estadual que facilite o desenvolvimento da atividade.

No plano internacional, o oitavo desafio é ampliar as cotas internacionais de pescado no ICCAT, garantir os interesses brasileiros no mercado europeu e aprovar da proposta brasileira na Organização Mundial do Comércio (OMC), permitindo a aplicação de subsídios para a pesca no Brasil e nos países do eixo Sul-Sul, e restringindo esses mesmos subsídios para os países ricos.

O nono e grande desafio é o fortalecimento das organizações do setor. Para que possamos aprofundar a democracia e garantir o controle social do Estado, é preciso interlocutores fortes junto aos pescadores e aqüicultores. Nesse contexto, é necessário garantir a realização das Conferências Nacionais de Aqüicultura e Pesca a cada dois anos, com delegados eleitos nas conferências estaduais e territoriais, bem como fortalecer e aperfeiçoar o CONAPE. Tanto as conferências quanto o conselho exigem das entidades do setor um novo patamar de organicidade. Deverá estimular os governos estaduais a criarem espaços colegiados e instâncias coletivas, tais como: conselhos estaduais e municipais que definirão as políticas de desenvolvimento do setor.

O Brasil tem tudo para se tornar o país do pescado. Isso pressupõe o desenvolvimento da pesca e da aqüicultura e construir políticas públicas fundadas na sustentabilidade, geração de trabalho e renda, inclusão social e

aumento da produção. Vencer esses desafios deve ser um compromisso de todos os que querem transformar em imenso país em uma autêntica cidadania

A Criação do Ministério da Pesca e Aqüicultura.

O desenvolvimento da pesca e aqüicultura pressupõe, ainda, a adoção de medidas de caráter estratégico, sem as quais muito dificilmente nos transformaremos em um dos maiores produtores mundiais de pescado.

A SEAP possui uma dupla natureza, na medida em que foi criada como órgão de assessoramento do Presidente da República – o que justifica o formato de Secretaria Especial – e como órgão de execução de políticas fim, como a concessão de carteiras de pescador e a execução direta de obras em terminais pesqueiros, por exemplo. Além disso, por ser ligada à Presidência da República, a SEAP é dependente da Casa Civil no plano jurídico e administrativo, e do MAPA no que tange à estrutura física e administrativa. Esses fatores eram apontados como responsáveis pelo alto grau de dependência jurídica e administrativa da SEAP à outros órgãos. Além da dificuldade de ampliar sua dotação orçamentária, na medida em que isso impactava ao orçamento da Casa Civil. Outro fator limitante era a impossibilidade de constituir um quadro funcional próprio e realizar concurso público. Essa natureza dupla da SEAP tem gerado problemas ao desenvolvimento da atividade

O envio do projeto de lei ao congresso nacional que transforma a SEAP/PR em Ministério da Pesca e Aquicultura, mostra que o presidente Lula reconheceu o nosso trabalho frente a Secretaria, mudando a estrutura considerando a importância política, econômica e social do setor.

A transformação da SEAP/PR em Ministério da Pesca e Aqüicultura significa uma nova política ao setor para o próximo período, garantindo maior estabilidade institucional e perenidade das políticas, pondo fim às descontinuidades que caracterizavam a intervenção dos governos nas últimas quatro décadas. Permitindo a unificação das competências, atualmente dispersas em vários órgãos do governo federal. Garantindo um corpo técnico permanente através de concurso, saindo da situação de dependência de cessão de servidores de outros órgãos, de cargos comissionados e terceirizados que era uma política que deixava a Secretaria numa situação muito frágil e com grande rotatividade de servidores gerando uma instabilidade funcional.

Em relação a dotação orçamentária os primeiros seis anos de SEAP demonstraram não ser possível impulsionar o desenvolvimento da atividade com o orçamento variando de 90 a 130 milhões. O próximo período exigirá investimentos significativos em infra-estrutura, demarcação de parques aqüícolas, estruturação das comunidades pesqueiras e políticas de crédito, construção da frota nacional, assistência técnica e capacitação. O orçamento do Ministério da Pesca e Aqüicultura para desenvolver as políticas públicas do setor terá que ser pelo menos de R$ 500 milhões a R$ 1 bilhão anuais para permitir a efetivação dos programas que irão impulsionar o desenvolvimento do setor.

Outro salto de qualidade na estruturação do setor foi a decisão do governo de criar a Embrapa Aqüicultura e Pesca, que será o centro de pesquisa e geração de novas tecnologias e conhecimento para o desenvolvimento de toda a cadeia produtiva do pescado no pais.
Estas mudanças ampliarão as disputas pelo controle e pela orientação política da SEAP/PR Enfrentaremos qualificando nossa linha, ampliando as relações com o partido, organizando a base social e ampliando os mecanismos de controle social, participação popular e gestão compartilhada.

A Organização Sindical e partidária dos trabalhadores no setor

Historicamente os pescadores e aquicultores estão estritamente organizados e dependentes das ações dos governos, desde o inicio da organização os pescadores foram tutelados e subordinados ao Estado.

Com o processo de redemocratização dos anos 80, quando a esquerda brasileira se organizava e retomava os movimentos sociais para o campo democrático e popular, fazendo um movimento de retomada dos sindicatos urbanos e rurais. As entidades de pescadores continuaram no mesmo processo de subordinação e tutela do Estado, esse setor ficou a margem da sociedade e não teve a devida atenção do movimento de esquerda, tendo como conseqüência a permanência nas frentes das entidades de "lideranças" clientelistas, assistencialistas e conservadoras. Muitos dessas lideranças estão a frente das colônias e federação há mais de 20 anos.

As entidades de pescadores estão organizados seguindo a legislação inadequada, as colônias são regidas pela Portaria 471 de 1973,e as federações e confederações pela Portaria nº 323 do Ministério da Agricultura de 1975. As colônias se mantiveram sob a denominação de sociedade civil, porém, subordinadas ao controle do Estado, das Federações e da Confederação Nacional de Pescadores. Estes estatutos ainda prevalecem até os dias de hoje em muitas colônias do país, contradizendo a constituição federal de 88 e código civil de 2002.

Com as dificuldades de garantir maior transparência e democracia nas colônias de pescadores, ocorreram divisões internas e iniciou-se um processo de formação de outras entidades de representação a categoria. Ocorrendo uma proliferação de Associações de Pescadores e em alguns estados a criação ou a transformação de colônias em Sindicatos de Pescadores em outros. Do ponto de vista econômico criaram as cooperativas de pesca que tem maior foco na produção, beneficiamento e comercialização do pescado. Atualmente temos cerca de 870 colônias, 759 associações, 137 sindicatos e 47 cooperativas (Fonte: SEAP/PR/2008), representado um contingente de 600 mil pescadores em todo o país

Com a regulamentação do parágrafo único do art. 8º da Constituição Federal, em que equipara as colônias a sindicatos rurais, foi sancionada a lei 11.699 que dispõe sobre as Colônias, Federações e Confederação Nacional dos Pescadores no dia 13 de junho de 2008. Com essa lei avançou na garantia de autonomia das colônias de pescadores e vetando a confederação e federações a interferência e intervenção na sua organização, abrindo um enorme campo e base social para atuar.

Por outro lado, o PT e demais partidos de esquerda e a CUT nunca se preocuparam em organizar a base social vinculada à pesca e a aqüicultura.

O setor, por si mesmo, também não se organizou a partir de referenciais de esquerda. As poucas e frágeis colônias e federações de pesca, associações de pescadores e aquicultures e os movimentos sociais vinculados a essas atividades são majoritariamente despolitizados ou hegemonizados por forças conservadoras.

Em nossa avaliação os movimentos sociais, sindicatos, pastorais sociais, a Central Única dos Trabalhadores e os militantes do PT têm uma grande responsabilidade de fazer a disputa dessa base social, que é de conquistar as entidades de pescadores e aquicultores para o campo da esquerda.

A CUT deve criar espaços coletivos, seja núcleo, secretaria ou setorial em sua estrutura nos níveis nacional e estadual, tendo os seguintes objetivos:1) elaborar uma política de conquistas das entidades de pescadores e aquicultores; 2) Elaborar uma programa de formação política para novas lideranças, apoiar a alfabetização de jovens e adultos, capacitação sob o foco da economia solidária. 3) disputar as colônias de pescadores pela base e fomentar a criação de sindicatos de pescadores onde não tem colônia e filiar-los a CUT.

O Partido dos Trabalhadores também pode contribuir, estimulando a participação da militância nas entidades e movimentos sociais ligadas à pesca e aqüicultura. Aos poucos, essas organizações estão deixando de ser controladas pela direita, para se tornar espaços de construção de hegemonias progressistas e de esquerda. É fundamental que o partido crie espaços para a organização do setor, visando à constituição do Setorial de Aqüicultura e Pesca.

Essas ações devem ser norteadas pelo princípio da luta pela autonomia e independência dos pescadores e aquicultores e pela transformação da sociedade atual, mais justa, igualitária e socialista.

A relação Articulação de Esquerda e SEAP/PR

É preciso lembrar que ao aceitar o convite do Presidente Lula para que militantes da articulação de esquerda dirigissem a SEAP/PR, tanto no primeiro como no segundo mandato, foi reconhecida nossa capacidade de dirigir um órgão no primeiro escalão do governo federal. No entanto, esse espaço não corresponde a força partidária de nossa tendência, por isso, tanto no primeiro como no segundo mandado do governo Lula, reivindicamos ampliação de nosso espaço no primeiro escalão do governo Federal.

A relação da Articulação de Esquerda com a SEAP/PR em primeiro lugar de orientação política, para que devemos criar espaços partidários e horizontais debate, entre os quais: a) a realização de um seminário nacional anual, organizado pela DNAE; b) seminários estaduais, organizados pelas direções estaduais da tendência; c) aprovação, pelas conferências e pelas direções da AE, de resolução de balanço e de orientação política.

A relação da Articulação de Esquerda com a SEAP/PR é, também, de sustentação política, para o que devemos manter uma ligação permanente entre as direções da tendência e os militantes da tendência que estão dirigindo a Secretaria. Com o mesmo propósito de sustentação política, a Articulação de Esquerda deve estimular a ligação permanente entre o trabalho da SEAP/PR e a atuação dos parlamentares, prefeitos e governos estaduais do Partido.

A direção nacional e as direções estaduais devem convocar os militantes da AE que trabalham na Seap a: a) contribuir com a formulação e implementação da nossa política para o setor; b) participar organicamente da vida da tendência, no mínimo contribuindo financeiramente e participando dos processos de conferência municipais, estaduais e nacional.

O Página 13 publicará um caderno especial sobre pesca e aqüicultura, editado de maneira a poder ser distribuído amplamente no PT e na nossa base social.

Cabe, a direção nacional da tendência, organizar a continuidade do debate sobre as seguintes questões:

a) a "economia política" e a sociologia do setor (analogias com a questão agrária; a questão de gênero, dos índios e negros; o tema da cessão das águas; potencial e limites da pesca artesanal; os trabalhadores assalariados;

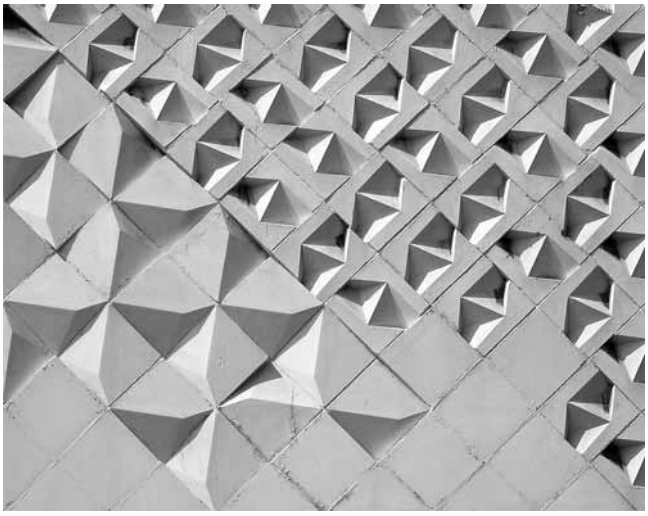
b) a relação com as grandes empresas, inclusive internacionais, bem como o papel do Estado);

c) as diferentes instituições e entidades em que o setor se organiza hoje, os setores prioritários que devemos estimular economicamente e organizar politicamente;

d) interface com outras políticas públicas e setores do governo, em particular com a política ambiental;

e) o potencial estratégico do setor (na Amazônia, no Brasil em geral, no mundo), vis a vis os diferentes papéis que jogam nisto a pesca e da aqüicultura, da grande e da pequena empresa

Caberá ao Partido dos Trabalhadores fazer um balanço da evolução e limites do desenvolvimento da pesca e aqüicultura nos primeiro e segundo mandado do governo Lula, bem como, elaborar um programa de governo setorial para o mandato de 2011-2014 que ampliar sua atuação, vença os principais desafios e contribua para que as aços de governo sejam superiores aos dois primeiros mandatos.

Indicamos ao conjunto do Partido que considere este setor no planejamento de nossa política no processo eleitoral de 2010, por considerar uma tema estratégico para o país e pela composição de sua base social.

Nosso desafio é de fomentar e regular a atividade, dando oportunidade aos trabalhadores a terem acesso às políticas publicas e disputar os novos rumos de nossa sociedade.